

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**METODOLOGIA MULTICRITÉRIO PARA CONTROLE DA EVASÃO ESCOLAR:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
PROFISSIONALIZANTE**

Daniel Rodrigo da Silva Lagares

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Lagares, Daniel Rodrigo da Silva
Metodologia multicritério para controle da evasão escolar :
estudo de caso de uma instituição de ensino
profissionalizante / Daniel Rodrigo da Silva Lagares. -- 2022.
106 p.

Orientador: Julio da Silva Dias
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação
Profissional em Administração, Florianópolis, 2022.

1. Evasão escolar. 2. Ensino profissionalizante. 3. Mcd. I.
Dias, Julio da Silva. II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação
Profissional em Administração. III. Título.

DANIEL RODRIGO DA SILVA LAGARES

**METODOLOGIA MULTICRITÉRIO PARA CONTROLE DA EVASÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE**

Dissertação de Mestrado Profissional submetido ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Julio da Silva Dias, Dr.

FLORIANÓPOLIS - SC

2022

DANIEL RODRIGO DA SILVA LAGARES

**METODOLOGIA MULTICRITÉRIO PARA CONTROLE DA EVASÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Florianópolis, SC, 29/11/2022

Banca examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Julio da Silva Dias
ESAG/UDESC

Membros:

Prof. Dr. Rafael Tezza
ESAG/UDESC

Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri
CCN/CSE/UFSC

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela dádiva da vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

À minha família, pela sorte que tenho de tê-los em minha vida e pelo apoio contínuo que sempre precisei. À minha mãe Cícera e minha irmã Angélica, por incentivarem meus estudos e sempre acreditarem no meu potencial. E a todos os demais familiares que a vida me presenteou.

À minha esposa Tathiane, pela parceria e inspiração nesses últimos anos. Por estar sempre ao meu lado me incentivando a continuar sempre em frente.

À UDESC, instituição de ensino de ponta, a qual tive a honra de realizar este mestrado.

À Instituição de Ensino, fruto dessa pesquisa, pelo incentivo e oportunidade de realização dessa pesquisa. A todos os discentes e docentes que colaboraram na construção deste estudo. A todos os profissionais, coordenadores, analistas pedagógicos e demais membros da Instituição de Ensino pela participação na construção coletiva deste importante projeto educacional.

Aos meus colegas do mestrado, pela parceria e amizade criada ao longo de diversas disciplinas, assim como, na construção de excelentes trabalhos.

Aos meus professores do mestrado, por ampliarem minha visão de mundo e por me ajudarem a desenvolver o meu potencial. Certamente se finalizo esse ciclo muito melhor do que entrei é graças a vocês.

À UNIEDU/FUMDES, pelo apoio financeiro do projeto de pesquisa através de bolsa de estudo.

Aos membros da banca pelas valiosas contribuições para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Julio Dias, professor ao qual nutro grande admiração. Sempre dedicado e incisivo em suas contribuições às nossas pesquisas. Obrigado por ter me orientado no escopo do tema de pesquisa e me guiado da melhor maneira possível para que ele pudesse ser realizado.

“Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força da sua alma, todo o universo conspira a seu favor.”

Goethe

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de um estudo de caso a respeito do fenômeno da evasão escolar na Instituição de Ensino Profissionalizante – Unidade de Itajaí/SC. Assim, esta pesquisa justifica-se por possibilitar uma análise detalhada do processo de abandono escolar, contribuindo para a identificação dos principais fatores que explicam a quebra do vínculo educacional. Metodologicamente, o desenho de pesquisa adota uma abordagem de um estudo de caso, de natureza exploratória e abordagem qualitativa. Como instrumento de intervenção para a construção do modelo, optou-se pelo uso da metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA), recomendada para contextos complexos. Dos resultados destacam-se: (i) a identificação de 8 objetivos estratégicos, também denominados de Pontos de Vistas Fundamentais (PVF) e; (ii) a construção de 86 descritores, com os respectivos níveis de desempenho para o PVF “Evasão Escolar”. Este trabalho contribui com o entendimento das motivações que levam os estudantes a deixarem seus cursos e pode fomentar a elaboração de políticas especialmente desenhadas para minimizar o abandono escolar.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Ensino Profissionalizante, MCDA.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of a case study about the phenomenon of school dropout at the Vocational Education Institution – Itajaí/SC Unit. Thus, this research is justified by enabling a detailed analysis of the school dropout process, contributing to the identification of the main factors that explain the breakdown of the educational bond. Methodologically, the research design adopts a case study approach, with an exploratory and qualitative approach. As an intervention instrument for the construction of the model, the decision was made to use the Multicriteria Decision Support Methodology (MCDA), recommended for complex contexts. Among the results, the following stand out: (i) the identification of 8 strategic objectives, also known as Fundamental Points of View (PVF) and; (ii) the construction of 86 descriptors, with the respective performance levels for the “School Dropout” PVF. This work contributes to the understanding of the motivations that lead students to leave their courses and can encourage the elaboration of policies specially designed to minimize school dropout.

Keywords: Dropout, Vocational Education, MCDA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fases do MCDA	41
Figura 2 Organização estrutural da Instituição de Ensino.....	46
Figura 3 Organização dos Conceitos em Áreas e Subáreas	50
Figura 4 Árvore dos Pontos de Vistas Fundamentais (PVFs).....	50
Figura 5 Acolhimento	52
Figura 6 Descritores qualitativos e quantitativos: estrutura do PVF1	54
Figura 7 Perfil de impactos do PFV 1 “Acolhimento”	54
Figura 8 PVFs – Valor Global.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Subsistemas de atores	47
Quadro 2 PVE 2.2 “Ter estrutura física”	55
Quadro 3 PVE 2.2.1 “Ter laboratórios de informática”	55
Quadro 4 Pontos de Vista e valoração do modelo de avaliação	60
Quadro 5 Pontos de vistas fundamentais do PVF1.....	61
Quadro 6 Valor global do modelo	61

LISTA DE SIGLAS

MCDA

Multicritério de Apoio à Decisão

I.E

Instituição de Ensino

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 Objetivo geral	16
1.3.2 Objetivos específicos.....	16
1.4 METODOLOGIA	16
2 EDUCAÇÃO, ENSINO PROFISSIONALIZANTE E EVASÃO ESCOLAR	18
2.1 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL.....	18
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA EVASÃO ESCOLAR.....	20
2.3 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	25
2.4 A EVASÃO ESCOLAR NA PANDEMIA.....	27
3 CAMINHOS PARA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR	32
3.1 EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL E NO MUNDO	32
3.2 MEDIDAS PARA PREVENIR A EVASÃO ESCOLAR	34
4 METODOLOGIA MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO (MCDA)	38
4.1 A METODOLOGIA MCDA E PESQUISAS NA EDUCAÇÃO	38
4.2 FASE DE ESTRUTURAÇÃO.....	40
4.3 FASE DE AVALIAÇÃO.....	41
4.4 FASE DE RECOMENDAÇÃO	42
5 ESTUDO DE CASO	45
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	45
5.1.2 DAS ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO DECISÓRIO – ABORDAGEM “SOFT” PARA ESTRUTURAÇÃO	47
5.2 FASE DE ESTRUTURAÇÃO.....	48
5.2.1 Rótulo do Problema.....	49
5.2.2 EPAs – Elementos Primários de Avaliação	49
5.2.3 Pontos de Vista Fundamentais (PVFs).....	49
5.2.4 Descritores	52
5.3 FASE DE AVALIAÇÃO.....	55
5.3.1 Teste de Independência Preferencial Mútua	55
5.3.2 Funções de Valor	56
5.3.3 Taxas de Substituição	57
5.3.4 Impacto das Ações e Avaliação Global	58
5.4 FASE DE RECOMENDAÇÕES.....	60

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	68
APÊNDICE A - Questionário Decisor	69
APÊNDICE B - Lista de Elementos Primários de Avaliação com sub áreas	71
APÊNDICE C - Formulário de Pesquisa - Discentes	73
APÊNDICE D - Formulário de Pesquisa - Docentes	79
APÊNDICE E - Descritores	84
APÊNDICE F – Pontos de Vistas Fundamentais.....	86
APÊNDICE G - Separação dos Elementos Primários de Avaliação por áreas de interesse.....	91
APÊNDICE H - Pontos de Vistas Fundamentais	92
APÊNDICE I - Estruturas arborescentes	93

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação é um direito do ser humano legitimado pela Constituição Federal de 1988, cujo objetivo é potencializar o desenvolvimento do aluno, para que este possa exercer melhor sua cidadania e deste modo ter autonomia na vida em sociedade. A evasão escolar é uma problemática de cunho escolar e social, que permeia as mais diversas camadas da vivência humana (POLO, 2022).

Estar ausente da escola pode ser justificada por diversos fatores, seja uma gravidez inesperada, dificuldades de acesso, ausência de transporte escolar, falta de incentivo no círculo familiar e outros inúmeros diversos aspectos que remontam um sistema social desigual. Adendo a isso, alguns outros pontos se somam a estas problemáticas, tais como, falta de qualificação dos profissionais e metodologias inadequadas.

Diante de tal contexto, surge como inquietação os desafios encontrados no âmbito da educação relacionado a evasão escolar, tanto para o docente quanto para o discente. Neste sentido, o presente trabalho pretende discutir este fenômeno dando ênfase na análise da evasão escolar na Instituição de Ensino Profissionalizante, com atuação em todo o Brasil.

Desta forma, este estudo parte do objetivo geral de analisar quais Fatores Críticos de Sucesso podem suportar o processo de gestão da evasão escolar.

Para isso, este estudo delineou os seguintes objetivos específicos: Discorrer a respeito da evasão escolar e seus aspectos principais; estruturar nas percepções dos pesquisados (gestores, alunos) os fatores para retenção escolar; Mensurar de forma quantitativa a situação atual com ações de aperfeiçoamento.

A realização do presente trabalho se justifica pela necessidade de discutir a respeito da evasão escolar, que se caracteriza como um problema significativo na educação brasileira, como forma de identificar possibilidades de trabalhar na transformação dessa realidade.

Assim, o presente trabalho se faz relevante pois busca medidas que possibilitem a melhoria do contexto educacional brasileiro, na premissa por uma educação de qualidade, acesso e qualidade no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, tal pesquisa se faz essencial para pensarmos a evasão, visto que esta é uma temática que pouco se discute, visto que “são poucas as pesquisas em

educação profissional que emitam temas como evasão, dificuldades de aprendizagem, formação de professores, entre outros” (DORE, ARAÚJO E MENDES, 2014, pág. 18).

Portanto, este estudo se faz importante, pois contribui para extensão da pesquisa sobre a questão da evasão escolar na rede técnica de ensino, apontando caminhos que podem ser seguidos para superá-los.

1.2 JUSTIFICATIVA

A realização do presente trabalho se justifica pela necessidade de discutir a respeito da evasão escolar, que se caracteriza como um problema significativo na educação brasileira, como forma de identificar possibilidades de trabalhar na transformação dessa realidade. A evasão escolar é um fenômeno que se relaciona com diversos fatores, intrínsecos e extrínsecos ao ambiente escolar.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a taxa de abandono escolar no ensino médio na rede pública apresentou grande avanço em relação aos anos anteriores. Em 2020, o percentual de alunos evadidos por instituições foi de 2,3%, enquanto que, em 2021, a taxa foi de 5,6%.

Neste ensejo, discutir tal temática é essencial para a sociedade, sendo que por meio da metodologia MCDA este trabalho poderá contribuir de forma significativa para propor novas formas de intervir nesta realidade. Além disso, este estudo adentra um certo pioneirismo, visto que lança o olhar para o ensino profissionalizante, onde estão alunos que possuem uma jornada em sua maioria dividida entre trabalho e estudos (POLO, 2022).

Para mais, destaca-se que diante da crescente evolução nos números de alunos evadidos, há a necessidade de aprimorar continuamente as respostas às mudanças nos contextos que os envolvem, sendo fundamental a existência de um processo de tomada de decisão (PRALAHAD, 2009).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar ações acadêmicas e gerenciais em torno da evasão escolar na Instituição de Ensino Profissionalizante – Unidade de Itajaí a partir de um processo de avaliação de desempenho fundamentada na metodologia MCDA.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar quais Fatores Críticos de Sucesso podem suportar o processo de gestão da evasão escolar na I.E;
- Estruturar, baseado nas percepções dos pesquisados (gestores, corpo docente e alunos), os fatores para retenção escolar;
- Mensurar de forma quantitativa a situação atual e propor ações de aperfeiçoamento.

1.4 METODOLOGIA

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. A metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem, os instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade do pesquisador (MINAYO, 2012). Diante disso, o percurso metodológico desta pesquisa é exposto da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o método escolhido, seguido das técnicas de operacionalização deste estudo.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de um Estudo de Caso que, segundo Gil (2010), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (p. 37). Nesta pesquisa, o estudo de caso se concentrará na busca de fundamentos e explicações sobre os índices de evasão da instituição.

Com fonte de dados, esta pesquisa utilizou o estudo bibliográfico, pois esta modalidade permite fornecer fundamentação teórica ao trabalho, com pesquisas em livros, dissertações e teses, periódicos e artigos científicos relacionados à temática

em estudo. Foram consultados nesta fase da pesquisa, revistas científicas com qualis igual ou superior a B1 e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Utilizou-se ainda a pesquisa documental, pois foi necessário recorrer a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas e vídeos de programas de televisão (FONSECA, 2002).

A partir da pesquisa bibliográfica e documental, fez-se a aplicação de questionário no formato online via google forms, direcionados para os profissionais e discentes da I.E. O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas, em que os questionamentos consistiam em investigar aspectos socioeconômicos e subjetivos relacionados a temática.

Para análise e interpretação dos dados, foi utilizada a metodologia multicritério de apoio à decisão (MCDA), adotar a perspectiva da MCDA significa acatar os seguintes entendimentos:

i. um problema é configurado como tal se for assim percebido por alguém (tem um "dono"), resultando de uma situação percebida como necessitando de intervenção, suficientemente relevante e passível de solução; ii. o entendimento do problema pressupõe a noção de produção de conhecimento por meio da descoberta de como o sujeito valora o contexto em que o objeto se encontra; assim, levam-se em conta os sistemas de valores, convicções e objetivos dos envolvidos, o momento atual e o grau de entendimento do decisor sobre todo o contexto; e iii. o reconhecimento do fato de que "não existe apenas um conjunto de ferramentas adequado para esclarecer uma decisão nem existe uma única melhor maneira de fazer uso delas" (ROY, 1993, p. 194).

Esta etapa foi desenvolvida por meio de três fases básicas, diferenciadas, mas intrinsecamente correlacionadas: i. a estruturação do contexto decisório que será fundamentada pelo referencial teórico; ii. a construção de um modelo de avaliação de alternativas/ações; e iii. a formulação de recomendações.

2 EDUCAÇÃO, ENSINO PROFISSIONALIZANTE E EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é uma problemática da educação que está presente em todas as escolas do Brasil. Na realidade do sistema educacional público, este é um desafio que vai desde a consolidação de políticas públicas de prevenção a evasão, até os gastos que são destinados ao aluno evadido.

Para que se possa intervir nesta realidade, especificamente para os alunos que estão inseridos na educação profissionalizante, é essencial enfatizar, através de uma bagagem conceitual básica, onde estão estes alunos e de que forma o processo sócio-histórico da educação abarca este segmento. Para isso, este capítulo introduz de forma breve as características conceituais em torno da educação profissionalizante, bem como discorre a respeito da evasão escolar e seus aspectos principais.

2.1 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Ao longo da história da educação brasileira, percebe-se que o ensino para os jovens teve um desenvolvimento tardio, fragmentado e irregular, inclinado a atender de forma privilegiada os interesses da classe dominante e distanciando-se, portanto, dos interesses das classes populares (POLO, 2022).

De acordo com Giuliani e Pereira (1998), houve um período longo, em que é nitidamente visível a marca social dos privilégios das classes burguesas, cujas oportunidades de acesso ao nível superior são viabilizadas pela frequência a cursos secundários de caráter propedêutico, enquanto a classe trabalhadora era destinada ao ensino profissional pelo seu caráter terminal, com vistas a atender às exigências e interesses do capital.

Kuenzer (2018) discorre que esta dualidade se fez presente de forma progressiva na educação pela inexistência de interligação entre o mundo da “educação” e o mundo do trabalho, visto que nesta relação, há que se desenvolver capacidade intelectual independentemente das necessidades do sistema produtivo. A ausência de articulação nesta relação evidencia o caráter do sistema educativo,

uma vez que a distribuição dos alunos pelos diferentes ramos e modalidades de formação e ensino, se faz por meio da sua origem socioeconômica.

A trajetória da educação profissional no Brasil é marcada por políticas públicas que destinaram esta modalidade de ensino a um espaço ínfimo de formação dos jovens trabalhadores. Kuenzer (2018) deixa claro que sempre se predominou uma estrutura educacional com uma formação mais geral e diferenciada destinada as classes privilegiadas, com a possibilidade de continuidade dos estudos superiores. Em contrapartida, para o proletariado, ficava destinado o trabalho, sendo a educação a este segmento restrita a conteúdos superficiais e repetitivos, arremedos de formação profissional, e precárias condições para aquisição de fundamentos científicos, tecnológicos e histórico-culturais.

As mudanças nos últimos anos em torno da educação, não alteraram o quadro anterior do Ensino Médio, o que se observa são novas formas de camuflar os privilégios (POLO, 2022). A formação geral se dá sem a mediação do conhecimento científico-tecnológico para a maioria, havendo possibilidade de uma formação profissional, mas realizada a longo prazo, portanto, tendo mais custos, inclusive de oportunidades, principalmente de acesso aos que necessitam ingressar mais cedo no mercado de trabalho (KUENZER, 2018).

Nos dados apresentados pelo Censo (MEC/INEP, 2006) observa-se que o Ensino Médio revela altas taxas de reprovação e de abandono, o que representa um grande desafio no sentido de reverter este quadro. Há que se considerar que além da parcela significativa de jovens que são excluídos pela reprovação ou abandono, há uma parcela considerável que nem tem acesso a essa etapa da educação básica (FERREIRA et al., 2021).

Kuenzer (2018) aponta algumas análises da educação profissional nestes últimos anos, o que nos leva a compreender que a fragilidade continua, mascarada pelo discurso de diferentes programas e políticas, sem qualquer comprometimento efetivo do Estado em assumir a sua responsabilidade nesta área. Os estudos da autora explicitam a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada desenvolver programas de formação profissional de forma precarizada e aligeirada, sem nenhum controle e avaliação desses processos pelo Estado.

Observa-se que ao lado do que já é estabelecido na LDB 9394/96 sobre a educação profissional, foram então criados esses programas (PLANFOR, PNQ) que estão sob a coordenação de outras secretarias, não vinculados diretamente ao

MEC, para dar conta das carências dessa área do sistema educacional. Vê-se assim, pouco, ou quase nenhum esforço, no sentido de patrocinar nos Estados o ensino médio profissional integrado.

Do ponto de vista do repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, no Governo Lula não houve avanços no sentido da publicização, permanecendo, e de modo mais intenso, a mesma lógica: o repasse de parte das funções do Estado, e dos recursos para a sua execução para o setor privado sob a alegação da eficácia e da ampliação da capacidade de atendimento, segundo a concepção do público não-estatal a ser operacionalizada pelas parcerias com instituições privadas (KUENZER, 2007, p. 25).

Com estudos de diferentes pesquisadores sobre a realidade atual do ensino profissionalizante, pode-se então destacar o quanto é complexa a relação entre se manter na escola e trabalhar, o que implica diretamente nos índices de evasão escolar.

Essa tarefa exige, antes de tudo, que se compreenda como é visto o trabalho na sociedade capitalista. Segundo Paro (2001), é fundamental que se compreenda que essas condições de formação profissionais precarizadas e a visão que se constitui do trabalho não são naturais, mas advêm das relações que são colocadas pelo capitalismo.

Desvelar as configurações que nos parecem naturais no mundo do trabalho é uma tarefa fundamental da escola. Paro (2001) afirma que se faz necessário a inserção desta temática no centro das discussões (e das práticas) da função educativa e global da escola. Tal iniciativa, implica no entendimento que a educação é uma forma de atualização histórico-cultural dos indivíduos, e se há um comprometimento com a superação do estado geral de injustiça social, então é essencial que a escola caminhe em direção a formação de cidadãos atualizados, capazes de exercer participação política, e usufruir daquilo que o homem histórico produziu, mas, ao mesmo tempo, dando sua contribuição criadora e transformadora para a sociedade (FERREIRA et al., 2021).

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar é caracterizada pelo abandono da escola, ou seja, quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o período letivo. José *et al* (2010)

conceitua a evasão como uma expulsão escolar, porque a saída do aluno da escola não é um ato voluntário, mas uma imposição sofrida pelo estudante em razão de condições adversas e hostis do meio.

De acordo com Figueiredo e Salles (2017), o ponto principal identificável em todas as situações de evasão é o abandono do curso, o que não significa necessariamente que o vínculo jurídico com a instituição de ensino seja rompido pelo aluno, justamente por se tratar de um contexto de abandono sem previsão de volta.

O documento produzido em 1996 pela Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras caracteriza a evasão em três formas distintas: a evasão de curso: quando o estudante afasta-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou remoção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; a evasão da instituição: quando o estudante afasta-se da instituição na qual está matriculado; e a evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS, 1996, p. 20).

Em se tratando especificamente das causas relacionadas ao contexto institucional das escolas, uma delas é a baixa qualidade do ensino fundamental, cujos impactos podem ser sentidos a médio e longo prazo na forma de um descompasso entre o ritmo de internalização dos conhecimentos do aluno em relação aos seus colegas, situação que também se refletirá conseqüentemente durante o curso técnico.

Para Figueiredo e Salles (2017, p. 14), a evasão escolar é vista como “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos” (FIGUEIREDO; SALLES, 2017, p.4). Este fenômeno pode partir de fatores intrínsecos ou extrínsecos ao ambiente escolar.

Para Dore, Sales e Castro (2014) entende-se por fatores intrínsecos, aqueles que estão dentro do ambiente escolar, tais como: dificuldade no letramento, não compreensão dos assuntos das disciplinas em geral, e diversos outros aspectos relacionados ao aprendizado que podem e influenciam na percepção individual de capacitação e formação intelectual. Estas percepções geram sentimentos de fracasso e desmotivação, que podem evoluir para uma situação de repetência e abandono.

Os fatores extrínsecos são aqueles que envolvem o ambiente externo a escola, tais como: alimentação, transporte escolar, dupla jornada de trabalho, contexto familiar precário, “dificuldades financeiras e familiares; afastamento da família; problemas de saúde (pessoal ou familiar); gravidez; uso de drogas.” (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 384).

Em 2002, segundo pesquisa publicada pelo jornal Folha de São Paulo, o público adolescente correspondia a 12,5% da população do país, dos quais 50,4% meninos, e 49,6% meninas. Desses percentuais, dos adolescentes na faixa etária entre 15 e 24 anos, apenas 33% estava cursando o Ensino Médio sendo que o número de meninas superava o de meninos em aproximadamente 9% (CEREJA; MAGALHÃES, 2005).

Segundo Vogel & Mello, 1991:

Para a criança e o adolescente das classes populares, determinados privilégios desfrutados no seio familiar são perdidos à medida que esses sujeitos crescem e passam a ter condições de fazer certas tarefas. Esse fato vem ratificar a *cultura do trabalhador*, segundo a qual, para os filhos das classes populares, trabalhar, mesmo em idade precoce, é uma forma de ocupar o tempo e aprender um ofício. Nesse sentido, o trabalho é entendido não só como uma necessidade, mas também como uma virtude.

Ainda nesta pesquisa de Cereja e Magalhães (2005), foi concluído que uma das principais causas do abandono escolar no nível médio foi à necessidade de trabalhar, coincidindo com os dados publicados pela pesquisa da Folha, que afirma um percentual de 17% dos estudantes em idade escolar que deixaram a escola para trabalhar.

Segundo dados do INEP (2006-2008), 15.193 jovens deixaram o ensino médio da rede pública no período diurno e 41.879 no período noturno, estas informações remetem a considerar novamente o fator trabalho como interferente direto na evasão escolar, uma vez que o público noturno dos colégios de ensino médio corresponde prioritariamente a jovens trabalhadores (BRASIL, 2008).

No Brasil, a taxa de adolescentes entre 15 e 17 anos que não se encontravam estudando durante o momento de pesquisa do censo de 2007 foi de 17,7% da população (BRASIL, 2010). Esta ausência em idade letiva fomenta a evasão escolar, sendo estes quantitativo maior quando considerado uma maior faixa etária.

No mesmo ano, 4,8% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental abandonaram a escola. Embora este número pareça pequeno, corresponde a 1,5

milhões de alunos. No mesmo ano, 13,2% dos alunos que cursavam o ensino médio abandonaram a escola, o que corresponde a pouco mais de 1 milhão de alunos. Muitos desses alunos retornaram ou retornarão à escola, entretanto, em condições de desfasagem idade/série, o que pode causar conflitos e possivelmente nova evasão (PACIEVITCH, 2009).

Diversos são os fatores que propiciam este abandono, dentro os motivos alegados por pais e/ou responsáveis e pelos próprios alunos, destacam-se a distância da escola, o desinteresse pelos conteúdos, a dificuldade em se adquirir os conhecimentos básicos, a opção ou a necessidade de desenvolver uma atividade remunerada, ou atrasos em sua aprendizagem (CERATTI, 2008).

Além disso, há alguns indivíduos que não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, bem como casos em que o indivíduo, já tendo contato com a escola em uma fase de sua vida, sente vergonha em retornar a escola ou não consegue conciliar o horário para realizar o ingresso na modalidade de ensino regular, optando pela inclusão na EJA (CERATTI, 2008).

Segundo Vogel & Mello (1991, p. 714) “o trabalho em idade precoce é um fato que remonta as civilizações antigas”. Entretanto, na atualidade mesmo com toda uma legislação que protege a criança e o adolescente a exploração destes, esta realidade tem alcançado números significativos.

Os mesmos autores complementam ainda que o trabalho infantil ocorre em classes menos favorecidas, ou seja, “para a criança e o adolescente das classes populares determinados privilégios desfrutados no seio familiar são perdidos à medida que esses sujeitos crescem e passam a ter condições de fazer certas tarefas” (Vogel & Mello, 1991 p. 715).

Ainda de acordo com Vogel & Mello (1991, p 716):

No caso dos trabalhadores precoces, a rotina de trabalho, que lhes causa cansaço físico (dores no corpo, na cabeça), sobrecarga de responsabilidades e desânimo, priva-os da brincadeira, e não raro, de estudar, passando a se tornar a referência primeira em termos de conhecimentos, ao invés das vivências escolares. Enquanto alunos, eles se atêm prevalentemente ao conhecimento do senso comum e das experiências cotidianas, o que contribui para que se tornem leigos no domínio dos conhecimentos científicos e no capital cultural requerido nas sociedades escolarizadas. Assim, tendem a fracassar na escola, pois nesta são exigidas habilidades pautadas em parâmetros que somente a educação formal poderá oferecer, entre as quais: raciocínio lógico, pensamento abstrato, linguagem conceitual, conceitos aritméticos e algébricos, entre outros.

Souza (1994) realizou estudos que visaram compreender os sentimentos e as expectativas com relação à escola e as representações dos alunos dos jovens e adultos (EJA) que tiveram passagem pelo ensino regular. Com estes estudos, a autora pode afirmar que, depois de vivenciarem um tempo longe da escola e retornarem, percebeu-se que o valor dado ao estudo vai se fortalecendo.

Corroborando os estudos de Souza (1994), outro autor realizou pesquisas para compreender o significado do retorno à escola, na constituição da identidade e na construção dos projetos de vida do ser humano. Com isto, ficou evidente que o retorno à escola “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade” (OLIVEIRA, 2018, p. 37).

Para Santana (2015), os alunos buscam a escolarização devido às próprias exigências impostas pelo mundo letrado e acreditam que, dominando as habilidades de ler e escrever, poderão conquistar sua independência. Esta tem sido uma visão compartilhada em sua maioria pelos alunos que retornam a escola após a evasão, pois acreditam que a educação pode ser uma forma de conduzi-los a ascensão social.

Em consonância, Camargo e Martinelli (2016, p. 199), afirma que “o significado de ser alfabetizado está vinculado à questão da ascensão social, mas principalmente com a auto-estima”. Além disso, o estudo torna-se uma forma de adquirir uma melhor posição diante da vida das pessoas, bem como um lugar de respeito na sociedade.

Camargo; Martinelli (2016, p. 200) ao analisar as expectativas sócio-educacionais de jovens e adultos, concluiu que “os alfabetizandos buscam a superação das dificuldades diárias por meio da escolarização e procuram um curso de alfabetização para atender às exigências sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade”.

Neste sentido, eles afirmam que, depois que passaram a frequentar a escola novamente suas vidas melhoraram, “pois aprenderam a ler e escrever, eles se comunicam melhor, aumentaram sua auto-estima, resolveram com mais facilidade os problemas do cotidiano, melhoraram o desempenho profissional e a visão da vida e do mundo” (CAMARGO; MARTINELLI (2016 p. 200).

Segundo Santos (2017 p. 111), “esse processo de ressignificação da escola, cujo resultado mais significativo identificado com a pesquisa relaciona-se

diretamente à possibilidade de a educação contribuir na luta em favor da efetivação dos direitos da cidadania”.

Em decorrência dos significativos números de alunos que evadem da escola, considera-se a evasão escolar como uma problemática ocasionada por fatores internos ou externos à escola. Todavia, a evasão escolar não deve ser vista exclusivamente como um fracasso para o aluno e também para a instituição de ensino, mas pode ser uma oportunidade de construir um caminho para reter alunos potenciais a evasão.

Assim, acredita-se que o desenvolvimento de uma postura reflexiva por parte da comunidade escolar, bem como decisões de forma estratégicas em relação aos índices de evasão, podem ser uma das soluções que amenizem os casos de evasão escolar. Quanto ao ensino profissionalizante, é importante destacar que este é uma modalidade de ensino que possui características distintas ao ensino médio regular, sendo de extrema relevância pontuar tais distinções em torno da evasão escolar.

2.3 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A educação profissionalizante é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, na qual define suas diretrizes e estruturas. Há três níveis da educação profissional:

Nível básico: voltado às pessoas com qualquer nível de instrução, podendo ser realizado por qualquer instituição de ensino, não possui regulamentação curricular e confere ao participante o certificado de qualificação profissional.

Nível técnico: voltado para estudantes de ensino médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução, trata-se de um nível da educação profissional regulamentada e possui organização curricular própria, podendo ser oferecida de maneira integrada, concomitante ou sequencial ao ensino médio, na conclusão do curso é emitido diploma de técnico na área específica.

Nível tecnológico: são cursos destinados à formação superior e é realizado apenas por instituições de nível superior; os alunos devem ter concluído o ensino médio já que esse nível direciona-se à formação em atividades específicas no trabalho e confere ao concluinte o diploma de tecnólogo (FREITAS, 2010, p.3).

Todas estas modalidades são ofertadas de forma gratuita pelo governo, bem como estão disponibilizadas na iniciativa privada. Quanto aos muitos aspectos que envolvem a evasão escolar no ensino profissionalizante, Luscher e Dore (2011) apontam com um dos principais fatores a escolha do curso, ocasionada pela

instabilidade e falta de orientação por parte dos jovens sobre a carreira profissional que desejam seguir.

Ou seja, a educação profissionalizante é vista como um campo aberto de oportunidades e experimentação profissional, sendo este momento uma forma dos estudantes terem contato com possíveis ramos de atuação profissional:

Nesse sentido, [...] o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso – integrado, subsequente ou concomitante – e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra situação é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (DORE e LÜCHER, 2011, p.152).

Além destes fatores, quem grande maioria estão inseridos nas primeiras decisões iniciais, pois fazem parte do momento que o aluno está se familiarizando com o curso, existem outros fatores com aqueles em que o aluno está no curso desejados, mas sua permanência é ameaçada por questões socioeconômica. Para Dore e Lüscher (2011), as condições de acesso e de permanência do estudante no ensino profissionalizante, particularmente, na escola técnica, são firmadas em sua maioria pelas políticas educacionais vigentes.

Este ponto é um dos principais fatores da evasão nesta modalidade, pois na “educação profissionalizante o processo de formação e o desenvolvimento do jovem ou adulto é justificado pelo desejo de se qualificar em busca de melhores empregos e qualidade de vida”, sendo as dificuldades ao longo do curso uma problemática de caráter democrático em que o direito à permanência não está sendo garantido. (ARAÚJO E SANTOS, 2012, p. 34).

A complexidade dessa situação também exige soluções complexas, difícil de alcançar e que necessitam do envolvimento de vários agentes sociais, sendo em sua maioria o acompanhamento individual uma das alternativas de suma importância para a prevenção e detecção de alunos que possam estar em risco de evasão.

Concomitante a isso, os níveis elevados de evasão escolar no ensino profissionalizante são inflamados pela busca incessante de apenas privilegiar a formação profissional como forma de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Dore e Lücher (2011, p.785) acrescentam que esta racionalidade:

Remete nossas reflexões, mais uma vez, para o contexto da política educacional brasileira na organização da escola média e da escola técnica. É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas.

Além disso, outras motivações que despontam para a evasão escolar no contexto dos cursos profissionalizantes, está na forma como os cursos ofertam suas ementas, aulas e metodologias:

A questão da escola não atrativa que por diversos fatores internos não favorece um ambiente de acolhimento e principalmente, de aprendizagem aos alunos, corresponde como fator de exclusão dos estudantes. A escola com currículos desatualizados, que não apresenta o perfil do curso e sua importância para o mercado, a falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno, falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, a falta de apresentação coerente dos critérios e do sistema de avaliação do desempenho do aluno, a falta de formação didático pedagógica dos professores, professores desmotivados, poucas visitas técnicas, poucas ou nenhuma aula prática, pouca divulgação de vagas de estágio, a falta de parcerias e convênios com empresas para o estímulo da aprendizagem contextualizada, a falta de estágios e empregos aos alunos, a falta de adequação de plano de carreira do professor, a falta de estrutura na escola, a falta de laboratórios, de equipamentos de informática, de recursos humanos para apoio aos alunos, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para os alunos com dificuldades (ARAÚJO e SANTOS, 2012, p.8).

O curso profissionalizante por ser realizado em pouco espaço de tempo e de forma mais focalizada, busca metodologias que caminhem na integração direta dos alunos ao mundo da prática profissional em questão. Este contato quando não realizado de forma equilibrada pode gerar o afastamento do aluno, visto que a não preparação o leva a questionar seus potenciais habilidades, sendo este fato um dos que caminham em direção aos currículos do ensino profissionalizante.

Dentre estes e outros fatores, a evasão escolar no ensino profissionalizante tem sido agravada nos últimos anos, principalmente ao longo da pandemia, com as medidas de prevenção a covid-19, quanto a isso, o próximo item pontuará as especificidades deste fenômeno neste contexto atípico.

2.4 A EVASÃO ESCOLAR NA PANDEMIA

Frente a necessidade de isolamento social, escolas e universidades fecharam suas portas e suspenderam as atividades presenciais com alunos, substituindo o

ensino presencial pelo ensino a distância, trazendo uma mudança significativa para professores e alunos. De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) uma a cada 4 pessoas não possui acesso à internet, na zona urbana cerca de 20% da população não possui acesso à internet, e na zona rural a situação se agrava ainda mais pois cerca de 53% da população não tem o acesso.

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social, e esta fragilidade acaba se agravando no cenário da pandemia, especialmente no contexto educacional pois a maioria das instituições escolares adotaram o EaD como forma de manter as atividades enquanto as aulas presenciais não podem retornar. O Parecer CNE/CP 05/2020 de 30/04/2020 aponta que existe uma grande dificuldade na reposição integral das aulas no modelo presencial, bem como retrocessos na aprendizagem, o que impacta de forma contundente para alunos de baixa renda (CURY, 2020).

A pandemia gerou alunos excluídos do sistema de ensino, não somente pela falta de acesso à internet, mas também, pela dificuldade em lidar com materiais escritos (algumas escolas optaram por enviar aos alunos atividades e materiais impressos para dar continuidade nas atividades), muitas crianças têm pais analfabetos e que não conseguem acompanhar o nível das atividades repassadas pela escola. Além disso, nem todas as famílias conseguem se organizar adequadamente para realizar as atividades escolares (BAPTISTA, 2020).

A realidade que a sociedade vivencia na pandemia é de grande e sucessivas mudança, isolamento social, segregação, falta de contato social com o outro, alteração na rotina. Este contexto afeta, especificamente a escola, um dos locais nos quais os alunos passam maior parte do seu dia.

A escola sempre foi um dos principais locais para convivência fora do lar, um local no qual as crianças e jovens permaneciam por longas horas, durante ao menos cinco dias na semana; não existe outra instituição que se assemelhe a esta rotina. Nesta nova configuração de ensino evidenciam-se questionamentos acerca da relevância do cognitivo e do aspecto socializador (CURY, 2020).

É certo que o afastamento dos alunos aumentou o abandono e a evasão escolar, realidade que já se mostrava como um problema na educação antes da pandemia, e que se torna ainda mais evidente e grave durante esta crise. O país apresentou algumas melhorias com relação aos índices de evasão ao longo dos anos, por exemplo, com a queda de sete pontos percentuais entre 2008 e 2018; e

também se observou a queda de 12,9% da taxa de jovens entre 15 a 17 anos fora da escola em 2012, para 8,8% em 2018 (NOGUEIRA, 2020).

No entanto, este quadro tem tudo repercussão negativa quando analisado os índices de frequência às aulas remotas. Esta mudança pode ser observada pela presença de alunos nas aulas EaD, em uma escola da rede estadual de Cascavel, por exemplo, a professora Joseline Souza Nascimento informa que, em uma turma do 1º ano do ensino médio de 40 alunos, apenas 15 comparecem às aulas online. Como forma de combater este alto índice de evasão, a escola promoveu palestras motivacionais para os estudantes e também desenvolveu apostilas para aqueles que não podem acessar a internet para participar das aulas (IDOETA, 2020).

O que acontece é que, além das questões relativas à falta de acesso às tecnologias necessárias para acompanhar as aulas EaD, existe uma tendência de o aluno não dedicar seu tempo aos estudos, no aguardo da volta as aulas presenciais. O afastamento do aluno da unidade escolar acaba aumentando a falta de interesse, falta de dedicação e de tempo para realização das atividades. A tendência ao aumento da evasão pode ser observada em outros fatos históricos como a ocorrência do furacão Katrina, em Nova Orleans, que deixou muitas crianças afastadas das unidades escolares (NOGUEIRA, 2020).

Diversos alunos não têm um ambiente favorável ao estudo dentro de casa, ou mesmo uma motivação, esta questão também é afetada pela falta de contato com os colegas. O aumento dos casos de ansiedade, depressão e demais dificuldades pela convivência em casa e pelo isolamento social afetam de forma significativa o interesse do aluno nos conteúdos escolares.

Existe ainda uma grande preocupação familiar com o retorno dos filhos à escola, 30% das famílias brasileiras apresentam um temor frente a recusa dos jovens a retornar as atividades escolares (NOGUEIRA, 2020). Assim, é importante o acolhimento não somente para o aluno, mas também para a família, já que o processo eficiente de ensino e aprendizagem precisa poder contar com a participação familiar.

Como forma de evitar a evasão escolar e combater este problema, é importante que as escolas se adaptem e mudem suas estratégias de forma a tender as novas necessidades da população. Assim, o ensino precisa se tornar atrativo e a escola precisa motivar o aluno a participação mesmo em casa. O professor precisa ser um agente motivador, sendo necessário cativar os alunos. Para que isso ocorra,

é importante acolher, compreender quais são as necessidades daquele aluno, quais são suas características frente a esta realidade, e de que forma a escola pode contribuir (NOGUEIRA, 2020).

As questões relacionadas ao isolamento, falta de contato com amigos, familiares, o aumento de problemas relacionados à saúde mental são questões que precisam ser consideradas; não é possível dar continuidade a um processo de ensino ignorando todos os fenômenos causados pela pandemia (NOGUEIRA, 2020).

A gestão escolar tem um papel fundamental neste cenário, e precisa atuar de forma a promover o acolhimento e minimizar esta evasão, além disso, é preciso considerar mudanças estruturais como a postergação do calendário escolar visando minimizar os prejuízos aos alunos (NOGUEIRA, 2020).

Em debate realizado por participantes de audiência que acompanha políticas públicas adotadas durante a pandemia, foi salientada a necessidade de ampliar o acesso à internet, banda larga e também as estratégias pedagógicas que podem promover o acolhimento (BAPTISTA, 2020).

Neste contexto, Cezar Miola, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul apontou a necessidade de se agilizar a implementação de umas das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a universalização do acesso à internet com alta velocidade como uma ferramenta importante do processo de educação e comunicação. O conteúdo das aulas EaD não pode ser acessado facilmente com serviços de internet muito lentos ou básicos, pois se baseiam no acesso à portais, fóruns, download de apostilas, atividades, e, especialmente, o acesso às videoaulas; assim, existe a necessidade de oferecer acesso universalizado à internet de alta velocidade (BAPTISTA, 2020).

Para diminuir os impactos por conta do distanciamento social, a França e a China, estão orientando os professores e alunos a manter a interação por meio de diversas plataformas virtuais de ensino a distância. Há escolas do Japão que tem utilizado diversas plataformas online para oferecer exercícios e vídeos para os alunos; o Irã mudou a programação televisiva para poder apresentar aulas; na Itália, professores organizaram grupos em redes sociais como Facebook e também a ferramenta de comunicação social *Whatsapp* com os seus alunos para poder ter um contato durante o período (SILVA FILHO, 2017).

No Brasil, observa-se a cada semana anúncios de páginas de plataformas educacionais junto com guias de professores e alunos para o uso. Em meio a tantas mudanças e tantas informações é importante avaliar o que é realmente considerável.

A escola, tem o seu papel dentro da sociedade e é a responsável por promover educação, socialização e cuidar de crianças e jovens enquanto os pais estão fora, trabalhando. Assim, as escolas precisam utilizar todos os recursos disponíveis para promover esse cuidado durante o período da pandemia, independentemente da situação do isolamento social (SILVA FILHO, 2017).

Durante este período é importante continuar com a interação humana, não só por um conteúdo escolar, mas também para poder criar uma plataforma de apoio psicossocial devido as diversas consequências que o isolamento social pode causar nos jovens. Com a criação de grupos em plataformas como *Whatsapp* ou *Facebook*, é possível promover a manutenção do contato social de forma eficiente e simples, entretanto, é preciso resolver a questão do acesso (SILVA FILHO, 2017).

As escolas têm cada vez mais buscado as ferramentas digitais para aproximar o aluno da escola, e minimizar os índices de evasão escolar na pandemia, as plataformas *on-line* são peça importante para que os professores possam diminuir esta distância.

Além disso, os professores precisam buscar formas de atrair a atenção dos alunos e mantê-los motivados com os conteúdos. Existem uma gama de opções de conteúdo na internet com boa qualidade e de acesso gratuito, a plataforma de vídeos *Youtube* é um dos aliados neste momento, contendo milhares de vídeos de canais excelentes de educação do Brasil.

Ensinar tudo a distância tem sido um desafio para a educação na atualidade, visto que é necessário considerar que nem todos os alunos possuem igualdade de acesso. A escola tem encontrado diversas barreiras para assegurar a continuidade do ano letivo, sendo a evasão escolar uma problemática que ocupa grande espaço nesta relação aluno-escola. Assim, é necessário que os agentes envolvidos na gestão, bem como os responsáveis pela construção de políticas públicas para este momento, sejam capazes de compreender este contexto em sua totalidade, para intervir nesta realidade.

3 CAMINHOS PARA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

Nos últimos anos, o interesse em discutir a temática da evasão escolar tornou-se uma preocupação em muitos países. No Brasil, esta prática possui relação direta com aspectos sociais, culturais e econômicos que envolvem a convivência dos alunos evadidos.

Abandonar a escola é um crime social complexo, caracterizado pela interrupção do ciclo de aprendizagem (GAIOSO, 2005). Esta problemática afeta as instituições educacionais de forma geral, tanto pública quanto privada. Neste sentido, este capítulo busca apresentar alguns dados sobre a evasão escolar no Brasil e no mundo, bem como pontuar alguns estudos que descrevem medidas de prevenção a evasão.

3.1 EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL E NO MUNDO

A educação é um componente vital da coesão social para reduzir a incidência de desigualdade social, discriminação estrutural, racismo, violência, e diversos outros tipos de violência que atingem principalmente, pessoas pobres e negras. Embora o desenvolvimento histórico da educação tenha tido um impacto positivo na redução da desigualdade de renda, a desigualdade educacional ainda existe de forma latente na sociedade.

De acordo com uma pesquisa *National Family Sample* (IBGE/PNAD, 2015), o Brasil tem 2.486.245 crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos, fora da escola. Brasil (2018), afirma que a média brasileira é de 7,8 anos de estudo, abaixo dos padrões latino-americanos, sendo os do Chile e Argentina (9,9 anos), Costa Rica (8,7 anos) e México (8,6 anos). E muito fora da faixa de países desenvolvidos, como Inglaterra (13,3 anos), Estados Unidos (13,2 anos) e França (11,6 anos).

Dados coletados pelo IBGE (2020), apontam que a taxa de evasão é alta no ensino médio (6,8%) e no ensino fundamental (3,2%). Essa situação atinge igualmente negros e brancos, pobres e ricos, áreas rurais e urbanas. Apesar da taxa de crescimento modesta nas últimas décadas, a distância entre a educação de negros e brancos caiu drasticamente. Em 1995, brancos, em média, tinham 6,7 anos de estudo, enquanto para os negros, essa média foi de 4,5. Depois de 20 anos, os

brancos têm uma média de 9 anos de estudo, em comparação com 7,4 para os negros.

Em um relatório publicado pela OCDE, *A Look at Education* (2017), reconhece-se que os gastos com educação no Brasil representam 4,9% do PIB brasileiro (dados finais obtidos do estudo), sendo a classificação internacional da Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) de 5,2% por PIB. Ao mesmo tempo, a OCDE confirma a necessidade de aumentar o custo de cada aluno do ensino primário e secundário, que é considerado inferior ao valor considerado apropriado pela organização.

A questão da evasão escolar se relaciona diretamente com condicionantes sociais, visto que há casos de evasão que são decorrentes de tragédias. Para que se entenda com maior clareza, a UNICEF (2017), afirma que a cada sete minutos, em algum lugar no mundo, uma criança ou adolescente é morto violentamente. Só em 2015, mais de 82.000 meninos e meninas entre 10 e 19 anos vítimas de assassinato ou de algum tipo de conflito armado ou violência coletiva. Deste quantitativo, 24.500 vítimas estão registradas na América Latina e no Caribe. A América Latina e o Caribe são os únicos, que na região global vem registrando um aumento nas taxas de homicídio entre jovens de 10 a 19 anos desde 2007.

De acordo com o Atlas da Violência, publicado em 2019, e em 2017, um total de 35.783 jovens foram mortos no Brasil, uma média de 69,9% por 100.000 jovens. Dos 65.602 casos de assassinato no país, 75,5% eram negros (aqui, não estamos nos referindo apenas aos jovens), havendo um aumento de 6,7%, em relação a 2016, e 37,5%, em relação a 2007.

Gaioso (2005) afirma que no país, entre 2007 e em 2017, os assassinatos de meninas e meninos de 10 e 19 anos aumentaram 47%. Ao mesmo tempo, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 29,9%, enquanto as não negras aumentaram 1,6%. E em 2017, a taxa de homicídio doloso de vítimas negras eram 43,1% em 100.000 habitantes. Estes permitem compreender que o Brasil é mais perigoso para adolescentes do que adulto, sendo estes indicadores repercutidos nos índices de evasão escolar.

Em 2017, um estudo produzido pelo UNICEF e seus parceiros analisam vestígios de jovens mortos em sete cidades Ceará. Na capital, Fortaleza, 44% das mortes ocorreram em 17 de 119 bairros da cidade. Metade das vítimas morreu num

raio de 500 metros em casa e 70% estavam fora da escola a pelo menos, seis meses.

Em contrapartida a estes dados, se vê um quadro de ausência de oportunidades e condições de permanência e acesso à escola para pessoas de baixa renda. Desta forma, há uma necessidade urgente de intervenção nestes índices por meios de medidas que busquem amenizar e prevenir a evasão escolar.

3.2 MEDIDAS PARA PREVENIR A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar desencadeia uma série de fatores externos negativos nos setores sociais, que se estendem ao âmbito educacional, econômico e ambiental, que por sua vez impactam de forma incisiva nas políticas nacionais de desenvolvimento educacional, devido à ausência de retorno dos recursos investidos por aluno.

Um estudo do Inep (2015) revela um aumento agudo na evasão escolar no Brasil. Os dados referem-se a testes de rota para alunos entre 2010 e 2014. Em 2010, 11,4% dos alunos abandonaram a escola, em 2014, esse número chegou a 49%. A pesquisa apresenta um cenário preocupante, visto que há uma crescente nos dados apresentados, sendo crescente o quantitativo de alunos evadidos ao longo dos anos.

Para Manhães et al. (2011), uma forma de prevenir as causas que levam a evasão escolar é a realização do estudo de causa e medidas preventivas intimamente ligado ao contexto de cada instituição de ensino. Assim, cada instituição consegue mensurar um parâmetro que identifica o absenteísmo e dá uma ordem de importância a estas características.

Uma boa forma de pesquisar as causas da evasão escolar e construir soluções em torno desta problemática é a utilização da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA). Esta metodologia tem sido um diferencial para buscar informações em mercados de competitividade extrema, sendo o MCDA uma alternativa que auxilia na tomada de decisões de forma inovadora e sustentável, visto que esta possibilita ampla visão do processo de geração, seleção e implementação de informações.

Para Coldrick (2002, p. 45), a “utilização de ferramentas combinadas leva a uma melhor qualidade da seleção de portfólio, além da habilidade em incluir dados qualitativos e quantitativos”. Para assuntos que envolvem a educação, esta metodologia torna-se essencial, pois possibilita a coleta de dados quantitativos, e não descarta sua análise qualitativa, de forma que a combinação de ambos apresenta resultados que facilitam a tomada de decisão.

As ações preventivas são classificadas de acordo com o problema enraizado e o tipo de grupo comunitário definido como alvo, também dependendo da gama de medidas e resultados pretendidos, dos recursos comprometidos e do método utilizado. Segundo dados referentes à experiência de projetos de prevenção a evasão escolar no Brasil e no exterior, as pesquisas de Paulo Mesquita (2004) e Luiz Eduardo Soares (2006), afirmam de deve ser levada em consideração:

- o envolvimento de várias instituições de justiça, como o Ministério Público, o Gabinete do Protetor, o Tribunal de Justiça ou órgãos do Estado (secretarias e departamentos) e organizações da sociedade civil;
- a participação da comunidade local;
- realização de um diagnóstico direto, que evite a dispersão de recursos e o aprimoramento de voluntários envolvidos na causa;
- ambiente de diagnóstico integrado, diversificado, simultâneo, em quantidade e qualidade, tecnologia e comunicação;
- continuidade da sustentabilidade das ações ao longo do tempo;
- adoção de princípios de governança democrática e sólida, que incluem planejamento, avaliação e monitoramento (por avaliação externa independente);
- o poder de liderança e autoridade política dos principais atores, governo e sociedade;
- os tipos de medidas preventivas - primárias, secundárias e terceiras - que devem estar presentes, simultaneamente, integradas de forma interligada.
- a notificação de ações determinadas pela localização e suas conexões locais tendo em vista o impedimento do reconhecimento de que os esforços precisam ser medidos para produzir resultados claros e igualmente aprimoradores, em vez de "ciclos viciosos". Isso, por sua vez, exige, por parte do governo, a gestão sistemática dos temas e ações pontuais, locais e focadas.

A experiência também mostra que existem outras condições adequadas para o sucesso das ações antiviolença: a cooperação e o consórcio de políticas intersetoriais de prevenção da violência nos três níveis de governo, especialmente no nível municipal.

Até 2015, houve avanços na esfera governamental, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações intergovernamentais na administração de políticas sociais, especialmente aquelas voltadas para as famílias em áreas de alto risco. Este desafio não só ao nível do governo, mas também quando solicitado pelos gestores das políticas municipais, tal desafio se torna complexo e implica intervenções de resistência, incluindo áreas de comunicação, habilidades de negociação e resolução de conflitos.

Na realidade da evasão escolar, as estratégias de prevenção são diversas, um exemplo a ser citado, como referência para este estudo, é o Projeto Estudante Presente, que busca integrar a interdependência de diferentes categorias, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre 2013 e 2016. O Projeto Aluno está atualmente, vinculada à Associação Cidade Escola Aprendiz, sendo realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) e Fundação Educação Acima de todos.

O projeto visa atingir um triplo objetivo: identificar o abandono escolar e os adolescentes (com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos), para que possam prever o regresso das crianças à escola e obter estratégias com a sua manutenção no centro escolar. Os desafios da implementação bem-sucedida dessas atividades multissetoriais têm variado e exigido esforços de comunicação e colaboração dos atores envolvidos, levando em consideração fatores relacionados às visões das diversas organizações que dominaram os processos decisórios, especialmente aquelas vinculadas aos setores de Educação, Assistência Social, Saúde da Família e Saúde Escolar.

Para que o projeto Aluno Presente prosperasse, foi de extrema importância conhecer os fatores que contribuíram para o analfabetismo e a evasão na cidade do Rio de Janeiro, e entender o perfil socioeconômico e o lugar dessas crianças e adolescentes.

Em três anos de experiência, o projeto Aluno Presente registrou 1.540 organizações comunitárias e programas multidisciplinares: organizações de moradores, instituições religiosas, organizações comunitárias, centros comunitários,

lideranças comunitárias sem representação institucional, assistência em atividades socioeducativas e estabelecimento de parcerias de identificação extraescolar.

Tais iniciativas são essenciais para pensar novas formas de prevenir a evasão escolar, ciente que para qualquer intervenção desta natureza, há que se ter uma base de dados consistente, bem como uma ferramenta que auxilie a tomada de decisão, e criação de intervenções estratégicas adequadas a realidade de cada instituição.

4 METODOLOGIA MULTICRITÉRIO DE APOIO À DECISÃO (MCDA)

Os estudos realizados periodicamente por órgãos como o INEP ou o MEC, dentro do âmbito de instituições, permitem o acompanhamento de indicadores gerais, bem como a identificação de fatores regionais e sociais ligados à evasão escolar. Alguns destes estudos relacionam tanto aspectos mais amplos, como os ligados às características pessoais e institucionais, destacando fatores que estarão presentes ao longo de todo o período do curso, quando os mais específicos que estão ligados à escolha do curso, divulgação de características da metodologia de ensino, adequação de atividades, atendimento e materiais instrucionais, bem como a atuação docente e o apoio institucional no atendimento à diversidade dos alunos e suas necessidades.

Tendo em vista compreender e analisar a complexidade destes dados, bem como auxiliar de forma assertiva e estratégica a tomada de decisão, este capítulo possui o objetivo de descrever de forma sucinta a fundamentação teórica da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão, pontuando as fases do processo de apoio à decisão.

4.1 A METODOLOGIA MCDA E PESQUISAS NA EDUCAÇÃO

A utilização do MCDA tem sido cada vez mais presente em pesquisas na educação. Um fato que legitima o uso é o estudo que tinha como foco a proposição de parâmetros essenciais para a construção de ontologia sobre fatores de evasão escolar no ensino médio no Instituto Federal de Santa Catarina. Esta pesquisa, utilizou o MCDA para auxiliar na minimização dos índices de evasão e monitoramento de indicadores de evasão, sendo este estudo uma contribuição significativa para ações que minimizem ou eliminem as causas da evasão no instituto (VIANNA et. al., 2012).

Por sua vez, nos estudos de SILVA FILHO (2017, p. 5), esta metodologia foi utilizada para a seleção de candidatos à bolsa-formação do Pronatec em uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Nesta pesquisa, o MCDA auxiliou na “estruturação do problema, na avaliação dos candidatos e na seleção

propriamente dita, a qual garante a consideração de todos os critérios estabelecidos pelos envolvidos na decisão”.

Castro (2020), ao pesquisar sobre a evasão escolar no curso de Educação Física, o autor utilizou o MCDA como uma forma de apontar os principais fatores de influência negativa para o afastamento das aulas. Por meio desta metodologia, foi possível concluir que a evasão era potencializada pela repetição das mesmas aulas, estrutura física precária da escola e não identificação com o curso.

A mesma metodologia foi utilizada na pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a autora Xavier (2020) elaborou estudo cujo objetivo consistiu em identificar os fatores que contribuem para a persistência e evasão escolar dos estudantes da EJA no Nordeste. A pesquisa identificou as seguintes variáveis prognosticadas do motivo da evasão dos estudantes da EJA na escola: notas baixas, falta de interesse, doença, trabalho, entre outras; as variáveis diagnosticadas do motivo da persistência desses estudantes.

Nas pesquisas de Mazon (2010), a utilização do MCDA, permitiu a partir das percepções e valores identificados, a verificação do desempenho do curso de pós-graduação em diversos níveis: mercado, marca, docente, infraestrutura e operacionalização, sendo esta pesquisa um importante parâmetro para avaliar a performance do programa de pós-graduação em Administração de Santa Catarina e seus respectivos componentes.

É comum a estes estudos a identificação de variáveis, que no caso desta pesquisa estão associadas com o comportamento de evasão, a coleta destas informações é de suma importância para ações preventivas, de modo a minimizar o seu efeito. Em alguns casos esta identificação pode ser feita com informações de pouca variação e compostas pelo histórico-social, motivacional e educacional do aluno. Já em outras situações as informações são bastante dinâmicas, como observa-se em relação a competências docentes ou interação e colaboração discente ao longo de um semestre letivo.

Os recursos de dados educacionais possibilitam, desde que sejam utilizados de modo adequado, o tratamento de ambas as situações acima, cujo objetivo é a geração de modelos que permitem ações de diagnóstico precoce e encaminhamento de ações preventivas, complementando desta forma o trabalho realizado em estudos periódicos de evasão escolar.

Quanto a isso, a aplicação a aplicação do MCDA é elementar para dar apoio à decisão sobre a análise dos fatores e a influência individual desta na problemática da evasão escolar. Tal modelo, visa detalhar o processo de validação “adequada de cada fator de evasão em apoio à decisão, pois trata-se de um modelo construtivista voltada especialmente a elementos descritivos e pragmáticos e sua implementação feita através de sistemas” (VIANNA et. al., 2012).

O MCDA “prevê a organização e a sintetização das informações em um processo decisório, fazendo com que todos aspectos envolvidos na decisão sejam efetivamente levados em consideração” (MUNDA, 2008, p. 34). Para a operacionalização dos fundamentos da metodologia MCDA há que se fundamentar em três fases básicas, que são diferentes, mas interligadas: a estruturação do contexto decisório; a construção de um modelo de avaliação de alternativas/ações; e a formulação de recomendações de ações para prevenção da evasão escolar.

4.2 FASE DE ESTRUTURAÇÃO

A fase inicial denominada de estruturação, é ponto mais importante por se tratar da construção do conhecimento, é nesta fase que se planeja o que será abordado de forma mais detalhada na pesquisa. Esta fase costuma ser subdividida em: contextualização, construção de mapas cognitivos, análise dos mesmos, criação de famílias de pontos de vista fundamentais e elaboração de árvores de valor (ENSSLIN, 2003).

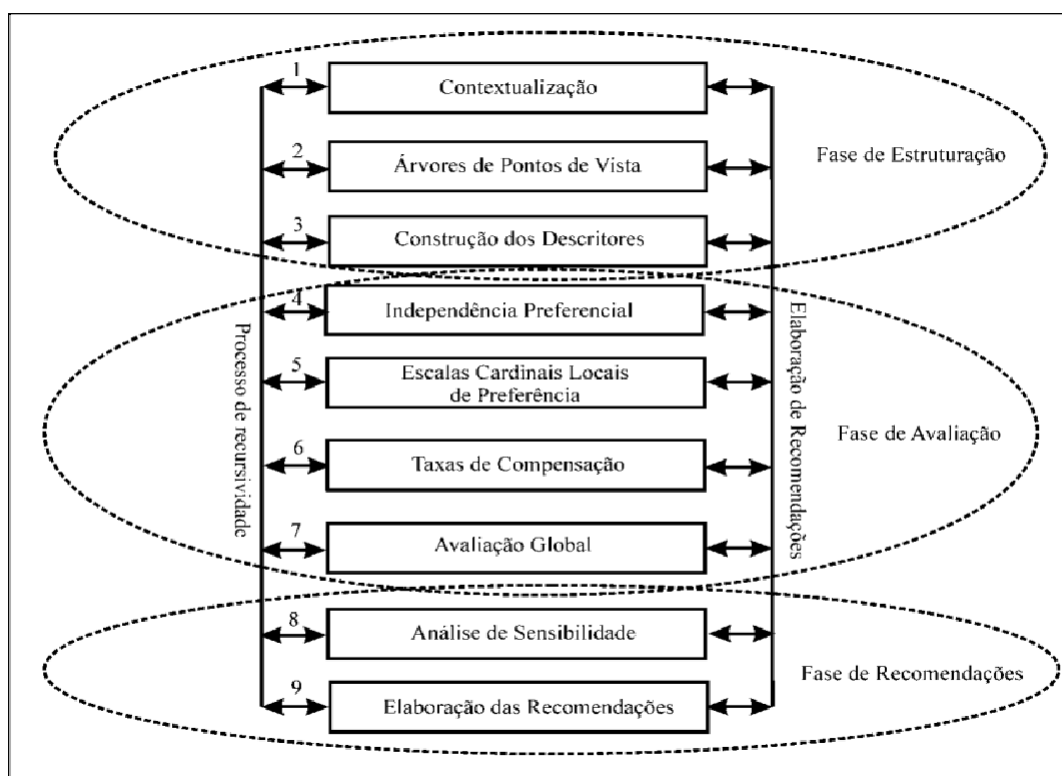
Para Ensslin (2003, p. 45), “o processo para construir o modelo deve estar fundamentado no fato de que o decisor tem pleno arbítrio sobre o mesmo e, desta forma, o modelo e os conhecimentos desenvolvidos têm como propósito servir como elementos de reflexão para seu entendimento pelo decisor e demais atores”. Por “atores”, subtende-se todos os sujeitos envolvidos no estudo, neste caso, os estudantes, professores, coordenadores e demais profissionais que estão vinculados a instituição pesquisada.

Nesta fase é definido o “rótulo para o problema”, cuja sua função principal é delimitar o contexto decisório, que nesta fase ainda não precisa ser definitivo. O rótulo deve ser definido pelo facilitador pela forma com que os decisores consideram a mais adequada.

Após isso, realiza-se a construção dos mapas cognitivos, dentro deste processo a primeira é definir os Elementos Primários de Avaliação (EPA's) quem em geral são construídos a partir de uma brainstorming com o decisor. Keeney (1992) afirma que estes elementos são realizados com base em objetivos, valores e metas dos decisores, ações, opções e sugestões.

Após a elaboração dos EPA'S, são definidos os Pontos de Vista Fundamentais (PVF's), somente após esta fase que se inicia a elaboração do modelo multicritério para a avaliação das ações potenciais. Assim, se faz necessário a criação de um critério que permitirá mensurar o desempenho de cada ação potencial. A estrutura holística da MCDA pode ser visualizada na figura 2:

Figura 1 Fases do MCDA



Fonte: Extraído de Ensslin, 2003.

Convém destacar que “o objetivo de MCDA é gerar conhecimento, a avaliação a ser realizada será apenas um meio para que o decisor tenha domínio da situação do problema” (ENSSLIN, 2003).

4.3 FASE DE AVALIAÇÃO

Após concluído a construção dos Pontos de Vista Fundamentais, seus respectivos descritores e a estruturação do multicritério, pode-se prosseguir para a fase de avaliação, onde serão desenvolvidas as funções de valor e determinadas as taxas de compensação do modelo:

Na fase de Avaliação o decisor incorpora suas informações preferencias de diferença de atratividade ao modelo ordinal desenvolvido na fase anterior. Isto permite a construção de funções valor (escalas cardinais) para substituir as escalas ordinais anteriores e a integração destas para permitir a avaliação global. Assim, as escalas de uma função representam, numericamente, quanto para o decisor um nível de impacto é mais atrativo em relação a outro e o quanto contribui para o objetivo global. (VIANNA et. al., 2012, p. 45).

Esta fase é interligada a fase anterior e a posterior, sendo sua integração somente possível pelo estabelecimento de níveis de referência dos descritores.

4.4 FASE DE RECOMENDAÇÃO

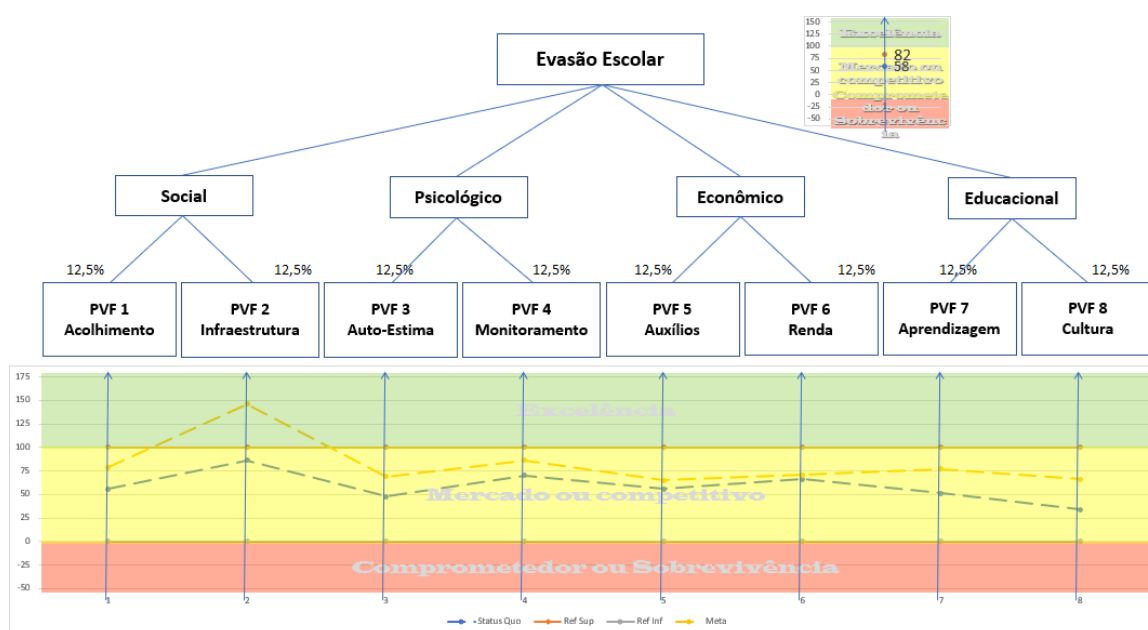
A fase de recomendação, utiliza os dados e informações decorrentes da avaliação local das ações potenciais, tais dados são utilizados para comparar tais ações e determinar seus pontos fracos e fortes (ENSSLIN, 2003). Esta base permite construir o perfil de impacto, que possibilita comparar o conjunto “de ações e, a seguir, fornecer subsídios ao decisor para que este tenha condições de avaliar e selecionar qual a estratégia mais adequada a ser tomada” (ENSSLIN, 2003, 78).

Esta fase possui valor primordial e estratégico, pois é neste momento que são discutidas as possibilidades, sugestões e alternativas de ações para a situação decisional. Keeney (1992, p. 45) destaca que duas atividades importantes devem ser realizadas nesta etapa: a geração e avaliação de ações e a análise de sensibilidade, que “normalmente é utilizada para se efetuar o exame do comportamento das performances globais em frente a sensíveis variações nos valores dos parâmetros aplicados no modelo de apoio à decisão”.

Alguns exemplos do uso desses métodos são a produção de alertas (KAMPFF, 2009), programas de apoio ou captura de perfil. Esta é uma área de pesquisa em expansão, tendo como principais enfoques os trabalhos relacionados com agrupamento, gestão de relações, descoberta com modelos e tratamento de dados para apoio ao ensino. Em todos estes casos, em maior ou menor grau,

podem ser vislumbradas aplicações ligadas às questões discutidas no âmbito dos modelos teóricos sobre evasão escolar e ligadas aos processos de aquisições de modelos gerais e de antecipação de diagnósticos.

Questões ligadas ao histórico educacionais e aspectos sociais, que se apresentam com características estáticas e constituem dados históricos podem ser tratadas para a obtenção de informações que atendem às iniciativas institucionais de prevenção com ações amplas e educativas. Já dados originados na interação e desenvolvimento das atividades semestrais dentro de uma disciplina podem ser utilizados para a geração de diagnósticos e indicação de ações mais imediatas, dentro de um escopo menor de tempo, mas igualmente importantes, tratando de situações de possível evasão imediata.



	PVF	Taxas	Status Quo	Ref Sup	Ref Inf	Meta
PVF 1	Acolhimento	12,5%	56	100	0	79
PVF 2	Infra-Estrutura	12,5%	86	100	0	146
PVF 3	Auto-Estima	12,5%	48	100	0	69
PVF 4	Monitoramento	12,5%	70	100	0	86
PVF 5	Auxílios	12,5%	56	100	0	65
PVF 6	Renda	12,5%	66	100	0	71
PVF 7	Aprendizagem	12,5%	51	100	0	77
PVF 8	Cultura	12,5%	34	100	0	66
Avaliação Global			58	100	0	82

5 ESTUDO DE CASO

Este capítulo tem o objetivo de proporcionar a gestão da Instituição de Ensino Profissionalizante – Itajaí/SC subsídios necessários para auxiliar nas decisões estratégicas em torno da evasão escolar na instituição. Em consonância a proposta deste estudo, bem como seu marco metodológico, esta pesquisa fundamenta-se no MCDA, com participação direta dos atores de nível estratégico envolvidos na instituição.

Este estudo de caso visa organizar e expandir o conhecimento do contexto decisório para os envolvidos na pesquisa, a fim de apresentar como resultado um modelo de Avaliação de Desempenho que permitirá suporte a avaliação e tomada de decisões que envolvam medidas de prevenção da evasão escolar e possíveis caminhos para resgate de alunos evadidos.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

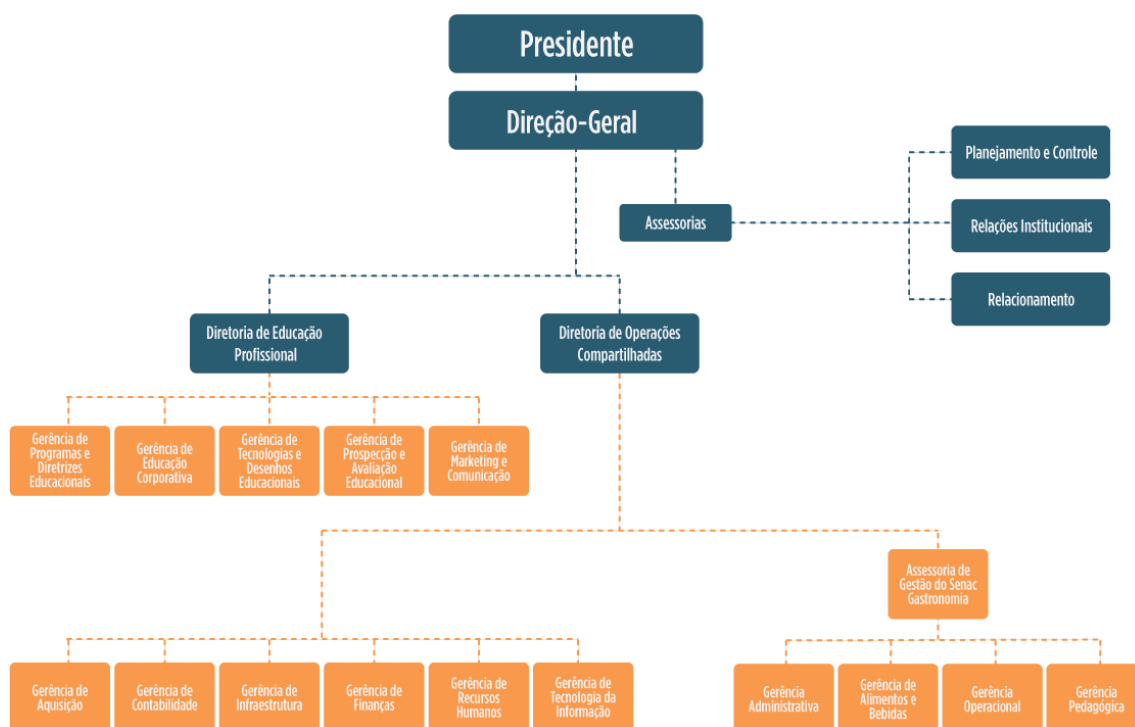
A Instituição de Ensino Profissionalizante, objeto dessa pesquisa, foi fundada em 10 de janeiro de 1946 por meio do decreto lei 8.621, que definiu no primeiro artigo a atribuição à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. Desde então, a I.E tem sido uma entidade privada com fins públicos que recebe contribuição das empresas do comércio e de atividades semelhantes, sendo a nível nacional administrado pela Confederação Nacional do Comércio.

Desde sua abertura, são mais de 70 anos de atividades, com atuação ativa em todos os estados do Brasil, o “Senac preparou mais de 40 milhões de pessoas para o setor de Comércio e Serviços, contribuindo para a valorização do trabalhador por meio de sua capacitação profissional em doze áreas de formação incluindo cursos de idiomas” (SENAC, 2020).

Em sua construção organizacional, a instituição parte da missão de desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho com ações educacionais e disseminação de conhecimentos em Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Sendo a organização apresentada na figura 1 comum a todas as unidades:

Figura 2 Organização estrutural da Instituição de Ensino

Senac - Departamento Nacional



Fonte: Website da Instituição de Ensino.

A primeira unidade da referida I.E a ser aberta foi a do Estado de São Paulo, que, por meio da formação do seu Conselho Regional eleito em 13 de julho 1946, deu início às atividades no mesmo ano de criação da lei que regulamentou o exercício da instituição.

Após isso, no ano de 1947 foi iniciado no estado de Santa Catarina as atividades da, I.E., desde então, “empresários do comércio de bens, serviços e turismo e o povo catarinense desenvolveram suas habilidades profissionais por meio dos cursos e atividades realizadas pelo Senac em Santa Catarina” (SENAC, 2022).

O crescimento da I.E não apenas acompanhou a evolução econômica de Santa Catarina como possibilitou subsídios necessários para desenvolvê-la, visto que atualmente a I.E atua em todas as regiões do estado com uma Administração Regional e 28 pontos fixos de atendimento, com cerca dezois Unidades ofertantes de ensino superior, dois centros especializados, além dos centros de educação profissional e Unidades Móveis.

Por estar amplamente atuante em Santa Catarina, as Unidades Operativas da I.E estão organizadas por regiões e presentes nas seguintes cidades: Região Oeste (Caçador, Concórdia, Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê), Região Sul (Florianópolis, São José, Criciúma, Araranguá, Palhoça, Curitiba, Lages e Tubarão) e Região Norte-Vale (Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Itajaí, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Joinville, Canoinhas, Porto União, Timbó, São Bento do Sul e Mafra) (SENAC, 2020).

A I.E oferta cursos divididos em diferentes eixos tecnológicos, por meio do: desenvolvimento educacional e social; ambiente e saúde; gestão e negócios; turismo, hospitalidade e lazer; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; recursos naturais; e segurança (SENAC, 2020). Todas estas áreas são essenciais para potencializar as empresas, empregadores e empregados a profissionalização e desenvolvimento social em diversas áreas, contribuindo com o crescimento de Santa Catarina e Brasil.

Na atualidade, a I.E está presente em mais 1.800 municípios, de Norte a Sul do Brasil, sendo composta por mais de 600 unidades escolares, empresas pedagógicas e unidades móveis, sendo cada uma dessas de extrema relevância para o desenvolvimento social, profissional e econômico.

5.1.2 DAS ESPECIFICIDADES DO CONTEXTO DECISÓRIO – ABORDAGEM “SOFT” PARA ESTRUTURAÇÃO

A unidade da I.E de Itajaí possui aproximadamente 907 alunos, subdivididos em grupos da saúde, gestão e aprendizagem, cada grupo com 196, 316 e 395 alunos respectivamente. No quadro de funcionários, há 13 colaboradores que exercem funções entre as administrativas e de serviços gerais, 46 são docentes ligados aos cursos do ensino superior, técnico e formação inicial e continuada.

Quanto ao perfil dos funcionários, 74,1% são do sexo masculino e 25,9% são do sexo feminino, apenas 7,7% possuem alguma deficiência, sendo 48% na faixa etária de 40 a 59 anos, 40% possui idade entre 25 e 39 anos, os demais possuem idade entre 18 a 24 anos, sendo mais da metade dos funcionários casados.

A renda familiar dos funcionários docentes varia de 3 a 4 salários-mínimos, sendo esta remuneração com base na carga horária realizada pelo profissional.

Destes profissionais, 45% possuem apenas pós-graduação do tipo *latu sensu* e 25% possuem pós-graduação do tipo *stricto sensu*, os demais são profissionais formados apenas com graduação. Dos profissionais que responderam o questionário, 75% estão vinculados aos cursos de gestão, e 25% aos cursos de saúde, sendo mais 80% destinados ao ensino técnico.

Com relação ao perfil dos discentes envolvidos nesta pesquisa, 69% são do sexo masculino, e 31% do sexo feminino, apenas 2% possuem deficiência, sendo 41,2% entre a faixa etária de 18 a 24 anos, 27% entre a idade de 25 a 39 anos, 20% com idade entre 40 a 59 anos, e 10% são menores de idade. Destes alunos, 65% são solteiros e pouco mais de 26% são casados ou vivem em união estável. Quanto a renda familiar, 42% sobrevivem com cerca de 1 a 2 salários-mínimos e 27% recebem de 3 a 4 salários-mínimo, 90% dos alunos ainda possuem apenas o ensino médio, sendo grande parte destes oriundos de escola pública.

5.2 FASE DE ESTRUTURAÇÃO

Nesta fase serão descritos e identificados os atores que compõe o processo decisório, sendo esta etapa início da elaboração do modelo de apoio à decisão. Os atores envolvidos nesta etapa são:

Quadro 1 Subsistemas de atores

Stakeholders	Decisor	O Diretor da Instituição de Ensino
	Intervenientes	Os coordenadores de núcleo e a pedagoga
	Facilitador	O autor do trabalho
Agidos	Os alunos, seus familiares e docentes do SENAC – Itajaí/SC	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Os dados coletados, bem como a participação do decisor se deu por meio de questionário semiestruturado, havendo aplicação de questionários com perguntas estratégicas direcionadas aos discentes e docentes. Nesta etapa não houve nenhuma intervenção do facilitador, bem como preocupação com repetições e interconexões com o objetivo de validar os aspectos relacionados à evasão escolar informadas pelo gestor na etapa da entrevista.

5.2.1 Rótulo do Problema

Para Ensslin et al. (2001), o rótulo é “um nome que descreva o problema que os facilitadores irão apoiar a resolução”. Nesta fase, o rótulo do problema, foi definido pelo facilitador como: “Evasão Escolar”, por ser, de forma sucinta, o objeto deste estudo.

5.2.2 EPAs – Elementos Primários de Avaliação

Definido o rótulo do problema, é o momento de identificar os objetivos ou Pontos de Vista Fundamentais. Esta fase segue uma estrutura sistematizada, com a identificação dos EPAs no primeiro momento. Tais EPAs, foram identificados por meio da entrevista com o gestor, Diretor da Instituição de Ensino.

Foram identificados um total de 60 EPAs, dos quais 10 são apresentados na sequência e é possível verificar a lista com todos os EPAs no apêndice:

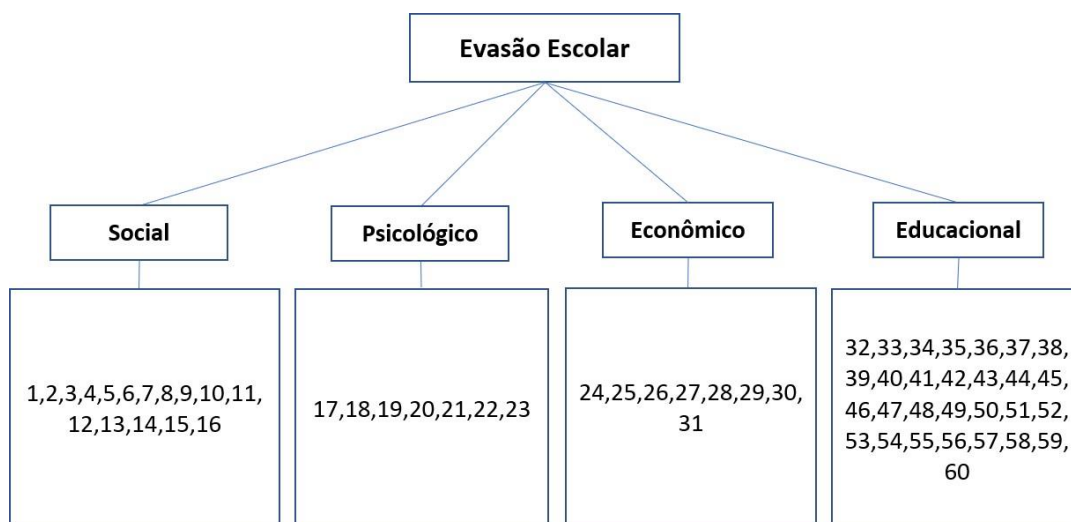
- 1) Mensurar a distância entre o domicílio e a I.E;
- 2) Verificar a ausência de refeitório;
- 3) Verificar a violência do ambiente;
- 4) Verificar a dificuldade de conciliar trabalho e estudo;
- 5) Verificar a Infraestrutura escolar;
- 6) Checar a diferenças etárias entre os discentes;
- 7) Verificar se os motivos familiares levam a desistência do curso;
- 8) Checar se os motivos de doença levam à evasão;
- 9) Identificar se a maternidade leva à desistência do curso;
- 10) Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizante;

5.2.3 Pontos de Vista Fundamentais (PVFs)

Após a identificação dos EPAs, os conceitos são agrupados em Áreas de Preocupação. Para o modelo proposto, foram identificadas as áreas Social, Psicológico, Econômico e Educacional como aponta a figura 3. Na etapa seguinte essas áreas, serão nomeadas de Pontos de Vista Fundamentais (PVFs), que serão

desdobradas em Pontos de Vista Elementares (PVEs) até um nível possível de ser mensurado (Bortoluzzi; Ensslin; Ensslin, 2011).

Figura 3 Organização dos Conceitos em Áreas e Subáreas

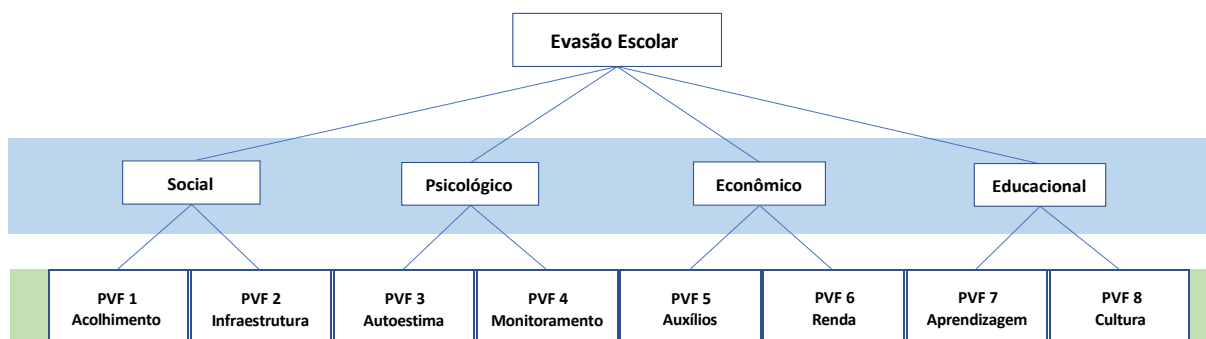


Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Os PVFs são os valores/objetivos analisado pelo decisor, para Keeney (1994, p. 45) estes “são propriedade pois a estrutura básica de uma decisão é fundamentada de acordo com os valores, além das alternativas consideradas importantes para o decisor, tendo em vista determinado contexto decisório”.

A seguir é apresentada a Árvore de Pontos de Vistas Fundamentais (PVFs):

Figura 4 Árvore dos Pontos de Vistas Fundamentais (PVFs)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Na figura 4 busca-se demonstrar as áreas de interesses (*clusters*), os PVFs, além do objetivo estratégico do estudo desta pesquisa. Embora não esteja

evidenciado na figura anterior, existem ramificações, a partir dos PVFs (critérios), que são quantificadas nesta pesquisa com os seguintes números:

- 56 Pontos de Vistas Elementares (PVEs) de 1º nível (subcritérios);
- 50 PVEs de 2º nível (subcritérios);
- 6 PVEs de 3º nível (subcritérios);

Para uma melhor compreensão, a seguir elencou-se toda a estrutura hierarquizada, a qual denomina-se na literatura como “Estrutura Arborescente”.

PVF 1 - ACOLHIMENTO

Mensurar a distância entre o domicílio e a I.E – PVE 1.1

Tempo - PVE 1.1.1

Distância – PVE 1.1.2

Transporte – PVE 1.1.3

Alunos - PVE 1.1.3.1

Meios de Transporte – PVE 1.1.3.2

Verificar a segurança do Ambiente – PVE 1.2

Ocorrências – PVE 1.2.1

Periculosidade - PVE 1.2.2

Verificar a dificuldade de conciliar o estudo - PVE 1.3

Carga horária de trabalho – PVE 1.3.1

Carga horária de Estudo – PVE 1.3.2

Lazer e tarefa – PVE 1.3.3

Chegar a diferenças etária entre os discentes – PVE 1.4

Verificar se os motivos Familiares Levam a Desistência – PVE 1.5

Escolaridade dos Familiares - PVE 1.5.1

Formação dos Familiares – PVE 1.5.1.1

Formação técnica/superior familiar – PVE 1.5.1.2

Empregos – PVE 1.5.2

Membros trabalham - PVE 1.5.2.1

Renda média familiar - PVE 1.5.2.2

Checar se os motivos de doença levam à evasão – PVE 1.6

Histórico Doenças Familiares – PVE 1.6.1

Saúde Básica - PVE 1.6.2

Saneamento Básico – PVE 1.6.3

Identificar se a maternidade leva à desistência do curso – PVE 1.7

Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizante – PVE 1.8

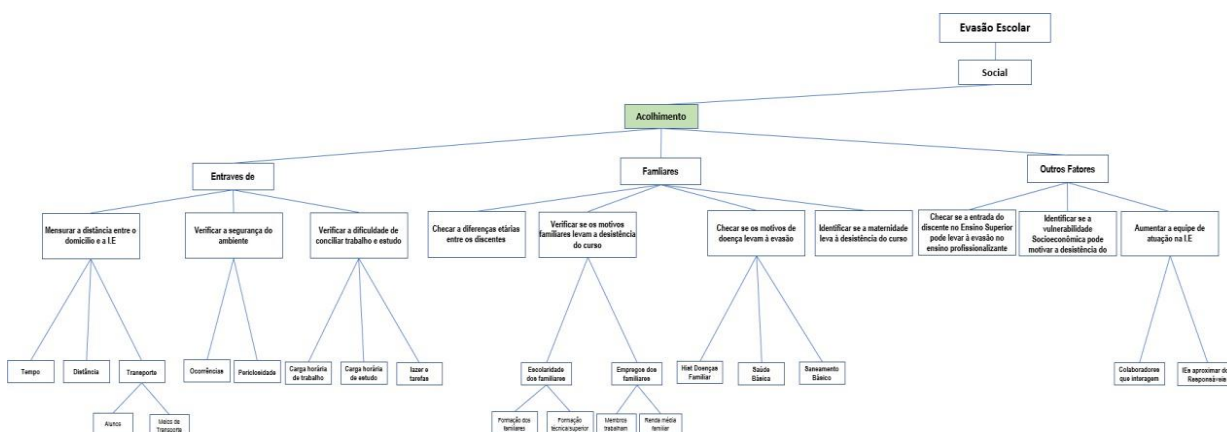
Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso – PVE 1.9

Aumentar a equipe de atuação na I.E - PVE 1.10

Colaboradores que interagem - PVE 1.10.1

I.E se aproximar dos responsáveis – PVE 1.10.2

Figura 5 Acolhimento



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

No apêndice está evidenciado o conjunto dos Pontos de Vistas Fundamentais (PVFs) e pontos de vistas elementares (PVEs), caracterizando a “Estrutura Hierárquica de Valor”. Os descritores são demonstrados na próxima seção, a partir da definição da árvore de valor.

5.2.4 Descritores

A construção dos descritores é caracterizada com a última etapa da fase de estruturação. Bana e Costa (1993 e 1995, p. 54), afirma “que os descritores são definidos como um conjunto de níveis de impacto que serve de base para a descrição de impactos das ações potenciais”.

Foram definidos ao todo 86 descritores, como adequados para

expressar as preferências e as performances (impactos) do decisor. A escolha de pontos âncoras (bom e neutro) permite delimitar o ponto de melhor viabilidade e o ponto do pior admissível, respectivamente. Na figura 6 utiliza-se o exemplo do PVF 1 para mostrar os descritores e seus pontos âncoras.

Nesta fase os descritores devem ser analisados e f o r m a individual, visto que são construídos de forma personalizada com o objetivo de compreender e operacionalizar as possíveis ações tomadas pelo decisor.

Após isso é definido fatores de impacto, ligados em cada descritor, são conhecidas as posições Bom e Neutro (níveis de referência). Nos quadros 2 e 3, são apresentados os descritores “Ter estrutura física” e “Ter laboratórios de informática”, com seus níveis de impacto e respectivos níveis de referências.

Quadro 2 PVE 2.2 “Ter estrutura física”

Nível	Descritor Verificar a Infraestrutura escolar	Posição Bom e Neutro (referência)
N3	Ter estrutura física apropriada	REFERÊNCIA SUPERIOR
N2	Ter estrutura física	
N1	Não ter estrutura física	REFERÊNCIA INFERIOR

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Quadro 3 PVE 2.2.1 “Ter laboratórios de informática”

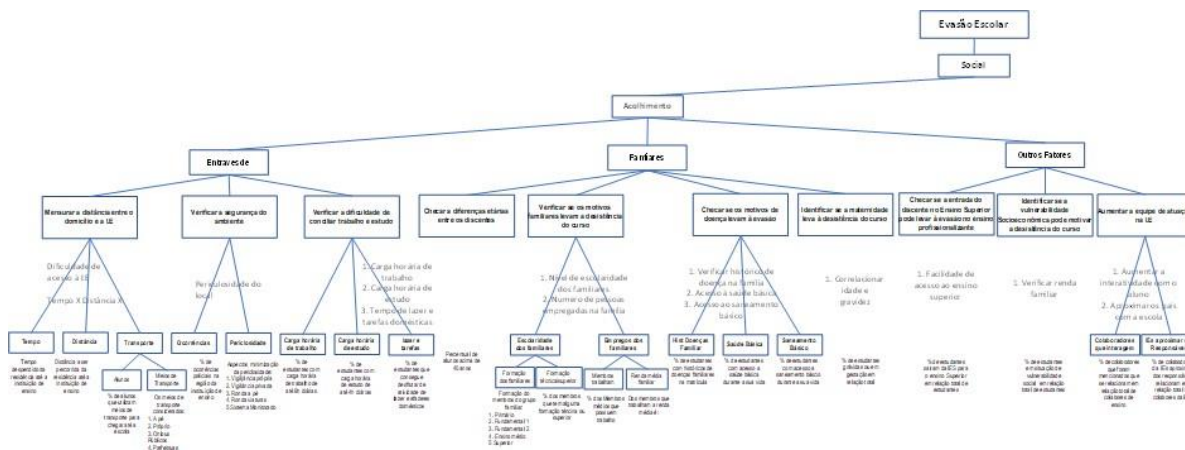
Nível	Descritor Relação % total de alunos por laboratórios de Informática ou computadores	Posição Bom e Neutro (referência)
N7	$\geq 90\%$	REFERÊNCIA SUPERIOR
N6	80%	
N5	70%	
N4	60%	
N3	50%	REFERÊNCIA INFERIOR
N2	40%	
N1	$\leq 30\%$	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Como se pode observar nos quadros acima, as ocorrências entre os níveis BOM e NEUTRO estão dentro das expectativas do decisor, por sua vez as ocorrências abaixo do NEUTRO apontam que estão aquém das expectativas do mesmo e se estiverem acima do BOM, superarão as expectativas do decisor. Este

perfil de ocorrências determina o Status Quo da situação real/atuall da Instituição de Ensino como um todo.

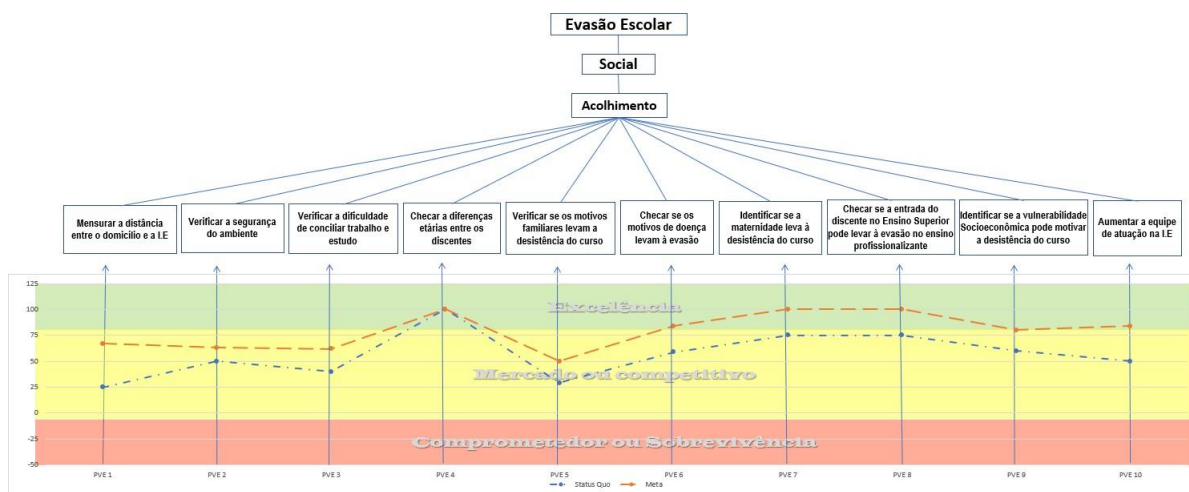
Figura 6 Descritores qualitativos e quantitativos: estrutura do PVF1



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Na figura abaixo é possível observar o PVF 1 e seu Status Quo (perfil da situação atual) da área de interesse “Aspectos Profissionais”.

Figura 7 Perfil de impactos do PVF 1 “Acolhimento”



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Como visto nos itens precedentes, foi realizada a descrição da fase de estruturação, que tem o objetivo de analisar e compreender o desempenho da evasão escolar e o ponto de vista do seu Status Quo. Esta fase possibilita por meio

dos dados analisados as recomendações de aperfeiçoamento desta situação, para posterior contribuir para a decisão na análise do decisor.

Na próxima seção, será iniciado a fase de avaliação, cujo objetivo desta etapa é transformar escalas, de ordinais para cardinais, a fim de apresentar a taxa de harmonização e função de valor dos pontos de vistas.

5.3 FASE DE AVALIAÇÃO

Esta fase é constituída após a etapa de estruturação, tendo como base cinco partes principais: Teste de Independência Preferencial, Funções de Valor, Taxas de Harmonização, Modelo Global e Perfil de Desempenho.

5.3.1 Teste de Independência Preferencial Mútua

De acordo com Ensslin (2000), nesta etapa é necessário realizar o teste de independência preferencialmente par-a-par. De modo que, se um PVF1 é independente preferencialmente do PVF2 e se o PVF2 também é preferencialmente independente do PVF1, sendo estes mutuamente e preferencialmente independentes.

No segundo momento da fase de avaliação, é utilizada uma ferramenta que tem como objetivo expressar, de forma numérica, as preferências do decisor. Para tanto normalmente se utiliza o software MACBETH neste processo.

Neste método de julgamento semântico – utilizando-se o exemplo a ser considerado nesta pesquisa (PVE 1.1.1.2) – inicia-se com o descritor que apresente quatro níveis de impacto. Sobre isto, Ensslin et al. (2001) afirmam que o MACBETH oferece uma importante desvantagem. Já que algumas vezes não existe nenhuma função de valor compatível com a matriz de julgamentos fornecidos pelo decisor. Com isso, o software oferece sugestões alternativas de julgamentos semânticos para ultrapassar este problema. No caso de haver muitos níveis de impacto (acima de cinco), os questionamentos tornam-se um tanto quanto tediosos, em decorrência da elevada quantidade exigida de comparações. Ainda segundo os mesmos autores, a outra desvantagem é que o MACBETH requer transformações matemáticas, a partir dos julgamentos, sendo que os pontos são obtidos de forma indicativa.

Dessa forma, em função do grande número de níveis de impacto (em muitos casos chegando-se a 7 níveis) e por entender que não haveria uma diferença muito discrepante no modelo matemático, optou-se pela utilização da construção do modelo utilizando-se da planilha eletrônica *Microsoft Excel*.

Para construir uma matriz de julgamento semântico, o decisor é questionado, pelo facilitador, com a seguinte pergunta: “qual a diferença de atratividade entre o nível de impacto “X” (ex: N2) para o nível de impacto “Y” (ex: N1)”?

Construída esta matriz, tendo o descritor e verificando a diferença de atratividade que o decisor entende entre os seus níveis de impacto, o mesmo procedimento é feito na comparação par-a-par dos demais níveis de impacto, para todos os outros descritores.

Depois de estimar as escalas das funções de valor, é preciso fixar o valor da escala referente ao nível NEUTRO (em cada descritor) no valor zero e a do nível BOM no valor cem (BANA & COSTA; VANSNICK, 1995). Esta transformação tem como objetivo ancorar a faixa de variação das funções de valor, fazendo que o nível BOM tenha uma atratividade equivalente em todos os descritores, o mesmo ocorrendo com o nível NEUTRO. Segundo Roy (1993) e Beinat (1995, apud ENSSLIN et al, 2001)), uma outra razão para esta transformação é que as taxas de substituição (conhecidas como “peso”) do modelo são consideradas (neste trabalho) como fatores de escala. Logo, para a determinação destes parâmetros, se requer tal ancoragem. Para tanto, faz-se a transformação linear positiva, assim como o denominado por Ensslin et al. (2001):

5.3.2 Funções de Valor

Neste momento da fase de avaliação, para realização das funções de valor, utiliza-se uma ferramenta para expressar, de forma numérica e quantitativa, as preferências do decisor.

Nesta etapa, normalmente se utiliza o *software* MACBETH, tendo como base para o julgamento semântico exemplo o descritor com níveis de impacto. Sobre isto, Ensslin *et al.* (2001, p. 45) “afirmam que o MACBETH oferece uma importante desvantagem. É que algumas vezes não existe nenhuma função de valor compatível com a matriz de julgamentos fornecidos pelo decisor”.

Após estimar as escalas das funções de valor, fez-se a fixação do valor da escala referente ao nível NEUTRO (em cada descritor) no valor zero e a do nível BOM no valor cem (BANA & COSTA; VANSNICK, 1995).

5.3.3 Taxas de Substituição

Depois de identificados os valores e ajuste da escala corrigida, será o momento de localizar as taxas de substituição também conhecidas como taxas de compensação ou harmonização.

As taxas de compensação são parâmetros julgados adequados pelo decisor, tendo em vista “agregar de forma compensatória desempenhos locais (critérios) em um desempenho global, taxas de compensação de um modelo multicritério são ferramentas que permitem aos decisores negociar suas opiniões” (ENSSLIN, 2000).

Para este estudo, a determinação das taxas de substituição (harmonização) foi realizada de par-a-par. Foi utilizado a matriz de ordenamento para a obtenção das taxas “de compensação que é capaz de oferecer uma visualização da preferência, resultante da comparação par-a-par, entre aqueles aspectos considerados fundamentais para a avaliação da empresa” (ROBERTS, 1979, p. 45).

Vale destacar que PVFs participantes da matriz de ordenação, são representados pelos PVEs que de forma clara explicam os aspectos considerados fundamentais para o decisor, conforme ilustra no quadro 4. Neste mesmo quadro estão resumidos os valores cardinais obtidos através do Microsoft Excel e as específicas taxas de substituição.

Quadro 4 Pontos de Vista e valoração do modelo de avaliação

PONTOS DE VISTA	Taxas	Ref Sup	Ref Infer	Status Quo	Pontuação Bom	Pontuação Neutro	Pontuação SQ	Meta1	Pontuação Ações
Mensurar a distância entre o domicílio e a IE	0,1								
Tempo	0,33	10	25	20	100	0	33	10	100
Distância	0,34	1000	2000	1700	100	0	30	1500	50
Transporte	0,33								
Alunos	0,5	20%	60%	70%	100	0	-25	40%	50
Meios de Transporte	0,5	1	3	2	100	0	50	2	50
Verificar a segurança do Ambiente	0,1								
Ocorrências	0,5	10%	50%	20%	100	0	75	20%	75
Periculosidade	0,5	5	1	2	100	0	25	3	50
Verificar a dificuldade de conciliar o estudo	0,1								
Carga horária de trabalho	0,33	20%	70%	30%	100	0	80	30%	80
Carga horária de Estudo	0,34	10%	60%	40%	100	0	40	40%	40
Lazer e tarefa	0,33	80%	50%	50%	100	0	0	70%	67
Chegar a diferenças etária entre os discentes	0,1	20%	50%	20%	100	0	100	20%	100
Verificar se os motivos Familiares Levam a Desistência escolaridade dos Familiares	0,5								
Formação dos Familiares	0,5	4	1	4	100	0	100	4	100
Formação técnica/superior familiar	0,5	70%	50%	40%	100	0	-50	50%	0
Empregos	0,5								
Membros trabalham	0,5	80%	50%	60%	100	0	33	60%	33
Renda média familiar	0,5	8	2	4	100	0	33	6	67
Checar se os motivos de doença levam à evasão	0,1								
Hist. Doenças Familiar	0,33	10%	50%	30%	100	0	50	20%	75
Saúde Básica	0,34	80%	40%	70%	100	0	75	80%	100
Saneamento Básico	0,33	90%	50%	70%	100	0	50	80%	75
Identificar se a maternidade leva à desistência do curso	0,1	10%	50%	20%	100	0	75	10%	100
Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizante	0,1	10%	50%	20%	100	0	75	10%	100
Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso	0,1	10%	60%	30%	100	0	60	20%	80
Aumentar a equipe de atuação na IE	0,1								
Colaboradores que interagem	0,5	80%	50%	70%	100	0	67	80%	100
I.E se aproximar dos responsáveis	0,5	60%	30%	40%	100	0	33	50%	67

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

É perceptível que após conciliar as taxas dos PVFs e dos PVEs é possível fazer uma avaliação mais assertiva do modelo demonstrando de forma gráfica. Após a identificação das taxas e dos valores ordinais, buscou-se traçar as ações potenciais.

5.3.4 Impacto das Ações e Avaliação Global

Por ser um dos mais simples e, por isso, o mais método mais utilizado. a agregação aditiva é o processo mais adotado em Modelos Multicritério (BANA & COSTA, 1995 apud PETRI, 2005). O valor global pode ser obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor Global} = \text{PVF Acolhimento} + \text{PVF Infraestrutura} + \text{PVF Autoestima} + \text{PVF Monitoramento} + \text{PVF Auxílios} + \text{PVF Renda} + \text{PVF Aprendizagem} + \text{PVF Cultura}$$

5.4 FASE DE RECOMENDAÇÕES

Esta etapa é uma parte de extrema importância para o modelo proposto, é onde constaram as análises e que indicaram as possíveis recomendações à

organização. A partir destas recomendações, o decisor irá demonstrar maior ou menor interesse em implementar as ações de aperfeiçoamento.

Dessa forma, a Visão Global concentrando todos os Pontos de Vistas Fundamentais é apresentada abaixo:

Quadro 5 PVF – Visão Global

	PVF	Taxas	Status Quo	Ref Sup	Ref Inf
PVF 1	Acolhimento	12,5%	56	100	0
PVF 2	Infra-Estrutura	12,5%	86	100	0
PVF 3	Auto-Estima	12,5%	48	100	0
PVF 4	Monitoramento	12,5%	70	100	0
PVF 5	Auxílios	12,5%	56	100	0
PVF 6	Renda	12,5%	66	100	0
PVF 7	Aprendizagem	12,5%	51	100	0
PVF 8	Cultura	12,5%	34	100	0
Avaliação Global			58	100	0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Os dados coletados apontaram que o PVF com maior valor foi Infraestrutura (86) seguido de Monitoramento (70), já o de menor valor foi Cultura (34). Para que se compreenda a elaboração do Valor Global, utilizou-se como exemplo o modelo do PVF 1 – Acolhimento que pontuou 56, ao qual está descrito no quadro abaixo:

Quadro 6 Pontos de vistas fundamentais do PVF1

		Status Quo	Ref Sup	Ref Inf	Meta	
PVE 1	Mensurar a distância entre o domicílio e a IE	0,1	25	100	0	67
PVE 2	Verificar a segurança do Ambiente	0,1	50	100	0	63
PVE 3	Verificar a dificuldade de conciliar o estudo	0,1	40	100	0	62
PVE 4	Checar as diferenças etária entre os discentes	0,1	100	100	0	100
PVE 5	Verificar se os motivos Familiares Levam a desistência do curso	0,1	29	100	0	50
PVE 6	Checar se os motivos de doença levam à evasão	0,1	59	100	0	84
PVE 7	Identificar se a maternidade leva à desistência do curso	0,1	75	100	0	100
PVE 8	Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizan	0,1	75	100	0	100
PVE 9	Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso	0,1	60	100	0	80
PVE 10	Aumentar a equipe de atuação na IE	0,1	50	100	0	84
Avaliação Global			56	100	0	79

Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Deste modo, quando realizada a comparação do PVF1 (56) com o valor global do modelo (58), fica evidente que há uma diferença ínfima, não sendo viável apresentar propostas de melhorias (ou seja, ações).

Considerando o modelo utilizado neste estudo, o valor global foi obtido conforme o quadro abaixo:

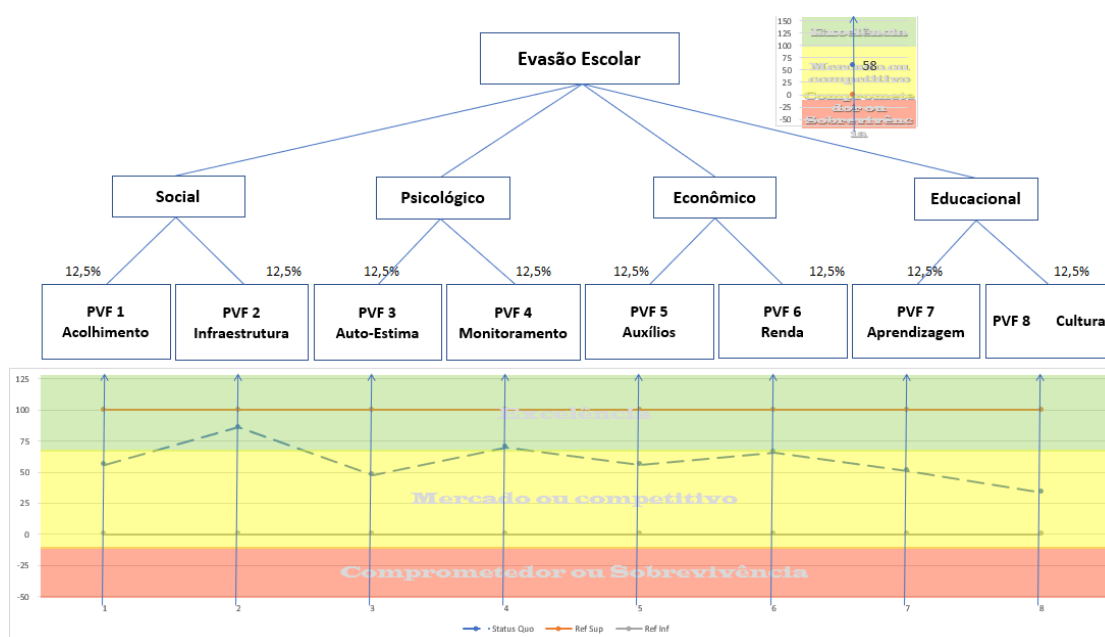
Quadro 7 Valor global do modelo

	PVF	Taxas	Status Quo	Ref Sup	Ref Inf	Meta
PVF 1	Acolhimento	12,5%	56	100	0	79
PVF 2	Infra-Estrutura	12,5%	86	100	0	146
PVF 3	Auto-Estima	12,5%	48	100	0	69
PVF 4	Monitoramento	12,5%	70	100	0	86
PVF 5	Auxílios	12,5%	56	100	0	65
PVF 6	Renda	12,5%	66	100	0	71
PVF 7	Aprendizagem	12,5%	51	100	0	77
PVF 8	Cultura	12,5%	34	100	0	66
Avaliação Global			58	100	0	82

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Após análise do modelo elaborado, ficou evidente a importância de se investir de forma aguda em quatro Pontos de Vistas Fundamentais, onde houve maior diferença entre o valor do *Status Quo* e da Meta.

Figura 8 PVFs – Valor Global



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

O gráfico representado na figura 8 é mostrado o Status Quo do modelo, e apresenta o perfil traçado concentrado na área competitiva. No Ponto de Vista Fundamental Cultura há uma pontuação baixa (34) comparando-se ao PVF 1 (Infraestrutura) que tem a pontuação máxima de 86.

PVF1 - Acolhimento: Buscar formas de reduzir a distância entre o Domicílio e a I.E (PVE 1) por exemplo com a ampliação na oferta de cursos remotos e aumentar a equipe de atuação na I.E (PVE 10), defasagem essa que o decisor apontou como sendo um dos maiores gargalos atualmente na I.E.

PVF2 - Infraestrutura: Melhorar a infraestrutura da I.E (PVE 2) com a ampliação no número de laboratórios de informática, criação de um refeitório (PVE 1), aprimoramento da biblioteca e oferta de um espaço de convivência para os discentes.

PVF 7 - Aprendizagem: Reduzir a dificuldade de aprendizagem (PVE 2) através do aumento da oferta de aulas de reforço e maior acompanhamento da equipe pedagógica dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Mitigar a repetência (PVE 4), através da oferta de aulas no contraturno, turmas flexíveis e monitorias. Tornar as aulas mais dinâmicas (PVE 16), através do uso da tecnologia (como o uso da gamificação) e implementar metodologias ativas (como por exemplo a sala de aula invertida).

PVF 8 - Cultura: Aumentar interação do corpo técnico-administrativo com os alunos (PVE 8), o que coincide naturalmente com o PVE 10 do PVF1, ou seja, a necessidade de ampliação do quadro de funcionários da I.E.

Essas ações, se implementadas, tendem a aumentar a avaliação global da I.E, tornando-a mais competitiva no mercado de atuação e não apenas pode dirimir altos níveis de evasão escolar como pode caracterizar maior empenho dos alunos em relação a permanência no curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar o Modelo Multicritério de Apoio à Decisão em pesquisas na área da educação é um caminho desafiador e que mostra a versatilidade das ferramentas que envolvem a administração estratégica. Na realidade da evasão escolar na I.E, o MCDA foi um instrumento de gestão elaborado de forma participativa com o (s) decisor (es), abarcando seus valores e percepções.

Conclui-se que a partir da análise das ações acadêmicas e gerenciais em torno da evasão escolar na I.E – Unidade de Itajaí, foi possível construir um modelo de apoio para os decisores na definição de suas estratégias gerenciais, a partir de um processo de avaliação de desempenho fundamentada na metodologia MCDA. Este processo foi marcado por sucessivas limitações, desde as coletas dos dados, contato com os alunos e profissionais. Todavia, a construção do modelo com base no MCDA, demonstrou que a identificação, organização e mensuração das variáveis julgadas foram essenciais para construir alternativas que auxiliasse o decisor em futuras intervenções na realidade da evasão escolar na I.E.

Com relação aos aspectos que envolvem a evasão escolar, as pesquisas anteriores, bem como a revisão bibliográfica apontou semelhanças, seja nas motivações que envolvem o distanciamento da escola ou na permanência. Quanto as percepções dos pesquisados (gestores, corpo docente e alunos) sobre os fatores para retenção escolar, ficou evidente que a família, concessão de bolsas de estudos e apoio pedagógico, são as principais razões para a permanência do aluno na escola.

Em trono dos resultados atingidos com a aplicação, deste modelo de avaliação, pode se destacar que o uso da metodologia MCDA permitiu identificar as limitações e oportunidades de melhoria nos índices de evasão escolar, alterações do processo decisório ressignificação dos processos, como aponta a análise de sensibilidade; elaboração de um modelo MCDA para a identificação e avaliação dos critérios competitivos, caracterizado no estudo de caso; e mensuração dos fatores relevantes para o desempenho da gestão da I.E, como demonstrado nos perfis de impacto e nas recomendações.

Vale ressaltar que o modelo é válido para o contexto decisório que foi aplicado, todavia, é importante destacar que esta metodologia pode ser utilizada de forma segura em pesquisas no campo da educação. No contexto da decisão, os

resultados obtidos devem ser acompanhados e analisados para que este atinja o objetivo do MCDA que é gerar cada vez mais conhecimento.

Com este diagnóstico foi possível compreender que há um distanciamento na relação dos atores escolares e alunos, sendo este um dos pontos que influenciam no diálogo propício para identificar e intervir em alunos que estão em um quadro de potencial evasão. Com o modelo, foi recomendado que esta relação entre aluno e a I.E, seja fortalecida por meio de uma aproximação regular e constante, para que o aluno se sinta confortável a falar sobre as vulnerabilidades que envolvem seu processo educacional. Além disso, foi percebido que a instituição pode ter como uma importante aliada para alunos que não possuem condições financeiras de se manter nos cursos, a oferta de bolsas que possibilitem a permanência e conclusão do curso.

Para futuras pesquisas sobre o tema, recomenda-se que um maior número de pesquisadores utilize o método MCDA, bem como esta seja utilizada em diversas outras temáticas da educação, onde existem muitas variáveis que tornam qualquer tomada de decisão complexa. Além disso, tal pesquisa identificou relatos de discentes que podem ser utilizadas em estudos qualitativos e narrativos. Dessa forma, este autor sugere que estudos vindouros insiram os alunos evadidos como importantes atores no processo de pesquisa, por mais que essa seja uma árdua tarefa, acredita-se que a partir daí, se possa enriquecer as pesquisas sobre esse importante tema que é a evasão escolar.

Por fim, este trabalho com enfoque científico deve servir de referência para novos estudos no campo da evasão escolar, até mesmo de um ponto de vista interdisciplinar envolvendo importantes áreas do conhecimento, desde a administração até a pedagogia, para que as pesquisas dentro desta epistemologia, contribuam com o fluxo de conhecimento, do ensino e do trabalho no que diz respeito às relações mútuas existentes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON UNIVERSITY - INDUSTRY COOPERATION, 4., Taubaté, 2012. Taubaté: Universidade de Taubaté, 2012. Disponível em: <<https://www.unitau.br/app/webroot/unindu/artigos/pdf525.pdf>>. Acesso em: 26 jun 2022.
- BANA & COSTA, C. A. Processo de Apoio à Decisão: Problemáticas, Actores e Acções. **Apostila do Curso de Metodologias Multicritério de Apoio à Decisão**. ENE. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.
- _____. Três convicções fundamentais na prática do Apoio à Decisão. **Revista Pesquisa Operacional**, v.13, n.1, 1993.
- _____. O que entender por Tomada de Decisão Multicritério ou Multiobjectivo? **Apostila do Curso de Metodologias Multicritério de Apoio à Decisão**. ENE. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- BANA & COSTA, C. A.; VANSNICK, J. C. Uma nova abordagem ao problema de construção de uma função de valor cardinal: MACBETH. **Investigação Operacional**, v. 15, p. 15-35, 1995.
- BAPTISTA, E. **Evasão escolar pode aumentar com pandemia, alertam debatedores**. Senado Federal, Senado Notícias – Comissões, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/09/evasao-escolar-pode-aumentar-com-pandemia-alertam-debatedores>>. Acesso em: 25 nov 2022.
- BORTOLUZZI, S. C., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2011). **Multicriteria performance evaluation as an aid for management of companies**: Implementation in a service company. *Gestao e Producao*, 18(3), 633-650.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC**. Brasília, DF: MEC, 8 p. <http://200.19.248.10:8002/professores/%23DEPARTAMENTO%20DE%20ENSINO/PERMANENCIA%20E%20EXITO/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%202015%20DPE%20DDR%20SETEC%20MEC-1.pdf>. 2015.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília/DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Acórdão TCU nº 506/2013. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Seção de 13/03/2013. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao:plenario:acordao:2013-03-13;506>. Acesso em: 25 nov 2022.
- C. R. J. Longo, **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

CASTRO, Lúcia Rabello. **A aventura urbana. Crianças e jovens no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2004.

CAMARGO, P. da S. A S., MARTINELLIS. de C., Educação de adultos: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).v 10, n 2,Jul/Dez, 2016, p197-209. 42.

Censo EAD.BR. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)**, Editora Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2011.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências.** 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_marcia_rodri_gues_neves_ceratti.pdf. Acesso em: 25 mai de 2022.

CEREJA, William Roberto. & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens.** São Paulo: Atual, 2005.

COLDRICK, S., LAWSON, C. P., IVEY, P. C., LOCKWOOD, C. **In A decision framework for R & D project selection.** IEEE International Engineering Management Conference. P. 413-418, 2002.

CURY, C. R. J. Educação escolar e pandemia. **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 8-16, 2020. Disponível em: <<http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23749>>. Acesso em: 25 nov 2022.

DORE, R.; LÜSCHER, A. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Caderno de Pesquisa. vol.41 nº.144, São Paulo Sept. /Dec. 2011.Disponível em: www.scielo.br; Acesso em: 25 nov 2022

ENSSLIN, L. **Multicritério de Apoio à Decisão - MCDA I.** Notas de Aula, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2003.

FONSECA, João José da Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FERREIRA, Júlia Angélica de Oliveira Ataíde et al. Criação de um painel de controle para prevenção da evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. 2021.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. **Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões.** Ensaio: aval. pol. público. Educ., Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/2017nahead/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002500397.pdf>. Acesso em: 15 abr 2022.

GAIOSO, N. d. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIULIANI, C. A. ; PEREIRA, M. Z. C. **Os (des)caminhos da educação profissional no Brasil**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p. 405-20, jul./set.1998.

JOSÉ, Adriano Rodrigues; BROILO, Cecília Luiza; ANDREOLI, Giovani Souza. **A evasão na Unipampa – diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação**. Universidade Federal do Pampa, 2010.

KAMPFF, A. J. C. **Educação superior** : as aprendizagens construídas por mestrandos e doutorandos em Educação durante o processo de internacionalização. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 6, p. e020045, 2020. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8658289. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8658289>. Acesso em: 25 nov 2022.

KEENEY, R. L. **Value Focused-Thinking: A Path to Creative Decision-making**. Cambridge: Harvard Univ.Press, 1992.

MANHÃES, L. M. B.; CRUZ, S. M. S.; COSTA, R. J. M.; ZAVALETA, J.; ZIMBRÃO, G. **Previsão de Estudantes com Risco de Evasão Utilizando Técnicas de Mineração de Dados**. In XVII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2011.

MINAYO, M. C. S. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(3), 621-626.

MUNDA, G. **Social multi-criteria evaluation** for a sustainability economy. Berlin: Springer-Verlag, 2008. <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-540-73703-2>

Nogueira, F. (2020). **Ensino Remoto: o que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas**. Porvir, 22 jun. 2020. Disponível em: <<https://porvir.org/ensino-remoto-o-que-aprendemos-e-o-que-pode-mudar-nas-praticas-e-politicas-publicas/>>. Acesso em: 24 ago 2022.

OLIVEIRA, M. C. **Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 2018.

PACIEVITCH, T. 2009. **Evasão escolar**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>. Acesso em: 18 jul de 2022.

PARO Vitor H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PETRI, S. M. **Modelo para Apoiar a Avaliação das Abordagens de Gestão de Desempenho e Sugerir Aperfeiçoamentos:** sob a ótica construtivista. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

POLO, Alessandra. **Evasão escolar e a importância da rede de proteção (2021-2022).** UNB, 2022.

PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na Base da Pirâmide:** erradicando a pobreza com o lucro. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ROBERTS, F. S. Measurement Theory. In Rota, G. C. (Ed.) **Encyclopedia of Mathematics and its Applications.** London: Addison-Weslwy Publishing Company, 1979.

SANTANA, L. **Usos e funções da leitura e da escrita para analfabetos e recém-alfabetizados.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2015.

SANTOS, G. L. dos. **Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA.** Revista Brasileira de Educação. n.24. Set-dez 2017.

SILVA FILHO, Raimundo e ARAÚJO, Ronaldo. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Edição 1. Porto Alegre: Educação por escrito, 2017.

SOUZA, Rosilda Silvio. **A política educacional da administração do Partido dos Trabalhadores em Santo André:** a educação de jovens e adultos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VIANNA, M. et al. **Design thinking: inovação em negócios.** Rio de Janeiro: MJV, 2012.

Vogel, A., & Mello, M. A. S. de (1991). **Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho.** Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80 (pp. 134-150). São Paulo: Unicef, Flacso/ Cortez.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário Decisor

O questionário apresentado a seguir, foi aplicado e respondido pelo Diretor da Instituição de Ensino. O objetivo foi expandir informações e conhecimentos que consubstanciasse o facilitador (docente desta mesma Instituição de Ensino) nas escolhas dos Elementos Primários de Avaliação (EPAs), correspondentes ao contexto decisório observado. As respostas foram espontâneas e sem haver preocupação com repetições e interconexões entre elas.

1. Quais aspectos positivos que você identifica na I.E de Itajaí?

Equipe fechada, bem coesa. Equipe com alta produtividade.

2. Quais pontos de melhoria você identifica na I.E de Itajaí?

Aumento e melhoria da estrutura física e aumento da equipe.

3. Quais ações podem ser feitas para acolher melhor os estudantes?

Espaço limitado, maior interatividade com aluno.

4. Quais medidas poderiam ser adotadas para envolver as famílias dos discentes no acompanhamento da vida escolar destes?

Irresponsabilidade dos pais.

5. A que situações você atribui a evasão escolar?

Fatores: mudança horário trabalho, questão financeira, desmotivação no estudo.

6. O que já é feito atualmente na I.E para combater a evasão escolar?

Processo a partir de 2 faltas a coordenação entra em contato.

7. O que pode ser feito na I.E para reduzir a evasão escolar?

Teste de seleção para entrar na escola.

8. Na sua visão, quais medidas poderiam ser adotadas para aumentar a assiduidade dos discentes?

Tornar as aulas mais dinâmicas, trazendo mais a realidade do mercado.

9. Quais ações poderiam ser implementadas para diminuir a desigualdade de aprendizagem?

Aulas de reforços. Sem processo seletivo, não há equilíbrio.

10. Você acredita que a infraestrutura (laboratório de informática, biblioteca, lanchonete, etc), pode afetar o desempenho do aluno nas aulas?

Sim, pois ambiente colabora indiretamente com a sala de aula.

11. Quais indicadores são utilizados pela I.E para medir a evasão escolar?

Frequência do aluno (antes da evasão), ficha de evasão.

12. Quais medidas podem ser implementados na I.E para melhorar a convivência e o clima escolar?

Questão do ambiente pedagógico. Maior interação do corpo

13. Quais os diferenciais competitivos que a I.E possui quando comparado com seus concorrentes?

Forte imagem no mercado, acompanhamento pedagógico, ética.

14. Numa visão a curto e médio prazo, quais as ações mais relevantes que você julga necessárias a serem implementadas na I.E para diferenciá-la no mercado?

Espaço físico, equipamentos.

15. Que ações seriam importantes para melhorar substancialmente os níveis de desempenho dos alunos e diminuir os índices de abandono escolar?

Processo seletivo, comprometimento.

16. Quais os fatores que mais afetam seu desempenho como profissional na I.E?

Estrutura nacional, processos pré determinados.

17. Quais benefícios que a I.E e/ou o município oferece aos estudantes para auxiliá-los durante o tempo de estudo?

PSG, bolsa de estudo. FEAPI.

18. Gostaria de acrescentar algo?

Não.

Rótulo: Evasão Escolar	Sub área
1. Social	
1 Mensurar a distância entre o domicílio e a I.E	acolhimento
3 Verificar a violência do ambiente	acolhimento
4 Verificar a dificuldade de conciliar trabalho e estudo	acolhimento
6 Checar a diferenças etárias entre os discentes	acolhimento
7 Verificar se os motivos familiares levam a desistência do curso	acolhimento
8 Checar se os motivos de doença levam à evasão	acolhimento
9 Identificar se a maternidade leva à desistência do curso	acolhimento
10 Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizante	acolhimento
11 Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso	acolhimento
12 Averiguar impacto da mudança de horário de trabalho	acolhimento
13 Contabilizar diferenças do histórico escolar entre os discentes	acolhimento
14 Aumentar a equipe de atuação na I.E	acolhimento
15 Aumentar a interatividade com o aluno	acolhimento
16 Aproximar os pais com a escola	acolhimento
2 Verificar a ausência de refeitório	infraestrutura
5 Melhorar a estrutura física	infraestrutura
2. Psicológico	
17 Verificar a frustração de expectativas	autoestima
19 Garantir a motivação dos atores escolares	autoestima
21 Verificar se a autoestima do discente pode influenciar no desempenho deste na aprendizagem	autoestima
23 Aumentar o engajamento dos alunos com o curso	autoestima
18 Mensurar a dificuldade de relacionamento entre os atores escolares	monitoramento
20 Checar se as questões psicológicas podem levar à evasão escolar	monitoramento
22 Checar desinteresse do discente no curso	monitoramento
3. Econômico	
24 Verificar se há meios de transporte adequados para se deslocar à unidade escolar	auxílios
26 Mensurar o impacto da oferta de bolsas de estudo na retenção escolar	auxílios
27 Mensurar o quanto a mudança de localidade impacta negativamente dificuldades de locomoção	auxílios
30 Verificar se os Stakeholders apoiam o discente financeiramente	auxílios
31 Burocracia interna dificulta implementação de políticas locais	auxílios
25 Garantir que o discente tenha recursos financeiros para arcar com a mensalidade	renda
28 Identificar o quanto o desemprego dos familiares pode motivar à evasão do discente	renda
29 Checar o impacto do possível desemprego do discente pode levar à desistência do curso	renda

3. Educacional	
32 Mensurar o impacto da didática de ensino na retenção dos discentes	Aprendizagem
33 Reduzir a dificuldade de aprendizagem	Aprendizagem
34 Mensurar o Ensino de base deficitário	Aprendizagem
36 Mitigar a repetência	Aprendizagem
38 Identificar o impacto da atuação do Corpo Docente	Aprendizagem
39 Identificar o quanto a ausência de docentes pode levar à deficiência do curso	Aprendizagem
40 Verificar se a dificuldade com o conteúdo programático pode criar barreiras de aprendizado	Aprendizagem
41 Identificar o quanto a metodologia de ensino deficitária pode criar fatores que levam à evasão	Aprendizagem
42 Mensurar se currículos desatualizados podem levar à desmotivação dos discentes	Aprendizagem
43 Identificar se critérios Impróprios de avaliação discente podem criar desmotivação	Aprendizagem
45 Mensurar o quanto as atividades integrativas podem contribuir com o ensino	Aprendizagem
46 Verificar o quanto a inovação no ensino pode contribuir com a didática	Aprendizagem
47 Identificar se o uso da criatividade tende a estimular o processo de aprendizado	Aprendizagem
49 Verificar se a capacitação constante do Corpo Docente cria um padrão de ensino de excelência	Aprendizagem
52 Ter alta qualidade de ensino	Aprendizagem
53 Possuir acompanhamento pedagógico do aluno	Aprendizagem
55 Tornar as aulas mais dinâmicas	Aprendizagem
56 Aproximar a realidade do mercado de trabalho com a sala de aula	Aprendizagem
57 Oferecer aulas de reforço para nivelar a turma	Aprendizagem
58 Acompanhar a frequência do aluno	Aprendizagem
35 Reduzir a carga horária excessiva	Cultura
37 Caracterizar a não identificação com o curso	Cultura
44 Verificar o quanto a cultura Institucional divergente pode criar desestímulo ao discente	Cultura
48 Identificar se a gestão Escolar eficiente gera melhores resultados para a comunidade acadêmica	Cultura
50 Ter uma equipe coesa	Cultura
51 Possuir alta produtividade	Cultura
54 Implementar teste para seleção dos discentes	Cultura
59 Aumentar interação do corpo técnico-administrativo com os alunos	Cultura
60 I.E deve possuir imagem consolidada no mercado	Cultura

Olá,

Esta é uma pesquisa de mestrado da ESAG/UDESC, sobre a "Evasão Escolar: estudo de caso em uma instituição de ensino profissionalizante". Os únicos requisitos para preenchimento da pesquisa é ser aluno com a matrícula ativa na I.E - Unidade de Itajaí. Não será necessária identificação e será utilizada exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica. O questionário tem duração aproximada de 5 minutos para preenchimento.

Obrigado por sua participação!

1. TERMO DE CONSENTIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Eu confirmo que estou participando voluntariamente da pesquisa realizada para o Mestrado em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta pesquisa tem por objetivo estudar a evasão escolar. Os dados serão coletados através de atividades realizadas ao longo do curso de mestrado profissional da UDESC/ESAG. Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração da dissertação de mestrado do pesquisador Daniel Rodrigo da Silva Lagares e para a posterior publicação de artigos científicos.

Entendo e aceito a minha participação nesse questionário que investiga questões sobre a evasão escolar. Compreendo que a minha participação nesse estudo é voluntária, e que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois que as atividades iniciarem.

Estou ciente de que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos e sempre assegurando o sigilo da identidade dos participantes. Declaro ainda que recebi informações claras sobre os objetivos deste estudo, que constam do presente protocolo de consentimento informado.

Entendo que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo.

Afirmo estar ciente de que posso sanar todas as minhas dúvidas, antes ou depois da realização do experimento, através dos meios de contato com o pesquisador informado ao final deste Termo de Consentimento.

Pesquisador responsável: Daniel Rodrigo da Silva Lagares

Telefone: (11) 99953-4038

E-mail: lagares.daniel@gmail.com

Li e aceito o TERMO DE CONSENTIMENTO DO QUESTIONÁRIO

1 - Qual é o gênero do seu nascimento?

Feminino

Masculino

2 - Você é portador de necessidades especiais?

Sim

Não

3 - Qual é a sua faixa de idade?

14 a 17 anos

18 a 24 anos

25 a 39 anos

40 a 59 anos

60 anos ou mais

4 – Qual seu estado civil?

Solteiro

Casado

Separado

Divorciado

Viúvo

5 – Qual a renda familiar?

Menor que R\$ 1.650,50

Entre R\$ 1.650,51 e R\$ 2.471,09

Entre R\$ 2.471,10 e R\$ 4.127,41

Entre R\$ 4.127,42 e R\$ 8.254,83

Entre R\$ 8.254,84 e R\$ 16.509,66

Maior que R\$ 16.509,67

6 – Você é o chefe da família (responsável por prover o sustento da família)?

Sim

Não

7 - Selecione seu Estado:

[]

8 – Qual seu grau de instrução?

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Superior

Pós graduação

9 - Em relação ao ensino regular. A Instituição de Ensino que você estuda ou estudou é:

Pública

Privada

Privada, com bolsa de estudos integral

10 - Seu curso se enquadra em qual eixo educacional da I.E:

Gestão

Saúde

11 - Seu curso se enquadra em qual das seguintes alternativas:

Aprendizagem profissional (menor aprendiz)

Curso Técnico

Cursos FIC (cursos livres de curta duração)

12 - Você exerce alguma atividade além dos estudos?

Trabalho CLT

Estágio remunerado

Estágio não remunerado

- Atividade informal
- Apenas estudo
- Outro:

13 - Você trabalha:

- () Menos de 4 horas por dia
- () de 4 a 6 hs por dia
- () de 6 a 8 hs por dia
- () mais de 8 hs por dia

14 - Qual é o meio de transporte que você utiliza para chegar até a instituição?

- A pé
- Bicicleta
- Moto
- Carro
- Ônibus

15 - Em relação a carga horária do seu curso você:

- () Acredito que a carga horária está reduzida
- () Acredito que está adequada
- () Acredito que a carga horária está excessiva
- () Acredito que a carga horária está muito excessiva

16 - Você sabe o nível de graduação dos seus professores?

- () Sim
- () Não

17 - Porque você escolheu o curso?

- () Pelas oportunidades no mercado de trabalho, para a carreira
- () Influência dos pais, professores e amigos
- () Gosta da área em que se insere o Curso
- () Informações sobre o curso: meios de comunicação ou palestras
- () Outro motivo. Qual?

18 – Em uma escala de 0 a 10, o quanto você está satisfeito com seu curso?

19 - Você acha que a evasão escolar ocorre por motivos de trabalho, pois é muito

difícil conciliar o estudo com o trabalho?

- sim
- não

20 - Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados e desinteressados?

- sim
- não

21 - Você acha que eles abandonam os estudos porque os pais não os incentivam a estudar?

- sim
- não

22 - Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova, e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos?

- sim
- não

23 - Na questão da evasão escolar, você acha que a escola tem algum tipo de culpa?

- sim
- não

24 - Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar?

- sim
- não

25 - Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar?

- sim
- não

26 - Você já teve alguma motivação que o fez pensar em abandonar os estudos?

- Sim
- Não
- Talvez

27 - Se sua resposta foi "sim" para a questão anterior, relate de forma breve as motivações:

28 – Quais medidas você acha que a I.E poderia ter para reduzir a evasão escolar?

APÊNDICE D - Formulário de Pesquisa - Docentes

Olá,

Esta é uma pesquisa de mestrado da ESAG/UDESC, sobre a "Evasão Escolar: estudo de caso em uma instituição de ensino profissionalizante". Os únicos requisitos para preenchimento da pesquisa é ser funcionário ativo da Unidade de Itajaí da I.E. Não será necessária identificação e será utilizada exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica. O questionário tem duração aproximada de 5 minutos para preenchimento.

Obrigado por sua participação!

1. TERMO DE CONSENTIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Eu confirmo que estou participando voluntariamente da pesquisa realizada para o Mestrado em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina. Esta pesquisa tem por objetivo estudar a evasão escolar. Os dados serão coletados através de atividades realizadas ao longo do curso de mestrado profissional da UDESC/ESAG. Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração da dissertação de mestrado do pesquisador Daniel Rodrigo da Silva Lagares e para a posterior publicação de artigos científicos.

Entendo e aceito a minha participação nesse questionário que investiga questões sobre a evasão escolar. Compreendo que a minha participação nesse estudo é voluntária, e que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois que as atividades iniciarem.

Estou ciente de que os dados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos e sempre assegurando o sigilo da identidade dos participantes. Declaro ainda que recebi informações claras sobre os objetivos deste estudo, que constam do presente protocolo de consentimento informado.

Entendo que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo. Afirmo estar ciente de que posso sanar todas as minhas dúvidas, antes ou depois da realização do experimento, através dos meios de contato com o pesquisador informado ao final deste Termo de Consentimento.

Pesquisador responsável: Daniel Rodrigo da Silva Lagares

Telefone: (11) 99953-4038

E-mail: lagares.daniel@gmail.com

Li e aceito o TERMO DE CONSENTIMENTO DO QUESTIONÁRIO

1 - Qual é o gênero do seu nascimento?

Feminino

Masculino

2 - Você é portador de necessidades especiais?

Sim

Não

3 - Qual é a sua faixa de idade?

14 a 17 anos

18 a 24 anos

25 a 39 anos

40 a 59 anos

60 anos ou mais

4 – Qual seu estado civil?

Solteiro

Casado

Separado

Divorciado

Viúvo

5 – Qual a renda familiar?

Menor que R\$ 1.650,50

Entre R\$ 1.650,51 e R\$ 2.471,09

Entre R\$ 2.471,10 e R\$ 4.127,41

Entre R\$ 4.127,42 e R\$ 8.254,83

Entre R\$ 8.254,84 e R\$ 16.509,66

Maior que R\$ 16.509,67

6 – Qual seu grau de instrução?

- Ensino Médio completo**
- Ensino Superior**
- Pós graduação / MBA**

Mestrado

Doutorado

Pós Doutorado

7 – Sua atuação se enquadra, preferencialmente, em qual eixo educacional da I.E:

- Gestão**
- Saúde**

8 – Sua atuação se enquadra em qual dos seguintes cursos (pode assinalar mais de uma alternativa):

- Aprendizagem profissional (menor aprendiz)**
- Curso Técnico**
- Cursos FIC (cursos livres de curta duração)**

9 - Você exerce alguma atividade remunerada além da referida I.E?

- Sim**
- Não**

10 - Você trabalha:

- Menos de 4 horas por dia**
- de 4 a 6 hs por dia**
- de 6 a 8 hs por dia**
- mais de 8 hs por dia**

11 - Em relação a sua carga horária de trabalho, você:

- Acredito que a carga horária está reduzida**
- Acredito que está adequada**
- Acredito que a carga horária está excessiva**
- Acredito que a carga horária está muito excessiva**

12 – Em uma escala de 0 a 10, o quanto você está satisfeito com seu trabalho na I.E?

13 – Qual seu grau de satisfação em relação ao oferecimento pela I.E de formação continuada (cursos, treinamentos, workshops) visando seu desenvolvimento:

- Muito insatisfeito**
- Insatisfeito**
- Satisfeito**
- Muito satisfeito**

14 – Em relação à infraestrutura (biblioteca, laboratório de informática, lanchonete, materiais eletrônicos, etc. Qual seu grau de satisfação?

- Muito insatisfeito**
- Insatisfeito**
- Satisfeito**
- Muito satisfeito**

15 – A quais dos seguintes fatores você acredita que o aluno leva em conta ao escolher o curso (pode escolher mais de uma alternativa):

- Pelas oportunidades no mercado de trabalho, para a carreira**
- Influência dos pais, professores e amigos**
- Gosta da área em que se insere o Curso**
- Por hobby (prazer, passatempo)**
- Outro motivo. Qual? _____**

16 - Você acha que a evasão escolar ocorre por motivos de trabalho, pois é muito difícil conciliar o estudo com o trabalho?

- sim**
- não**

17 - Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados e desinteressados?

- sim**
- não**

18 - Você acha que eles abandonam os estudos porque os pais não os incentivam a estudar?

- sim**
- não**

19 - Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova, e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos?

sim

não

20 - Na questão da evasão escolar, você acha que a escola tem algum tipo de culpa?

sim

não

21 - Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar?

sim

não

22 - Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar?

sim

não

Talvez

23 – Em uma escala de 0 a 10, qual o grau de importância que o docente tem na retenção dos discentes na Instituição de Ensino?

24 – Pela sua vivência no ambiente escolar, quais fatores você acredita que levam o aluno a abandonar o curso?

25 – O que você recomendaria em termos de ações para que a evasão escolar fosse

reduzida? 11) Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso;

APÊNDICE E - Descritores

- 12) Averiguar impacto da mudança de horário de trabalho;
- 13) Contabilizar diferenças do histórico escolar entre os discentes;
- 14) Aumentar a equipe de atuação na I.E;
- 15) Aumentar a interatividade com o aluno;
- 16) Aproximar os pais com a escola;

- 17) Verificar a frustração de expectativas;
- 18) Mensurar a dificuldade de relacionamento entre os atores escolares;
- 19) Garantir a motivação dos atores escolares;
- 20) Checar se as questões psicológicas podem levar à evasão escolar;
- 21) Verificar se a autoestima do discente pode influenciar no desempenho deste na aprendizagem;
- 22) Checar desinteresse do discente no curso;
- 23) Aumentar o engajamento dos alunos com o curso;
- 24) Verificar se há meios de transporte adequados para se deslocar à unidade escolar;
- 25) Garantir que o discente tenha recursos financeiros para arcar com a mensalidade;
- 26) Mensurar o impacto da oferta de bolsas de estudo na retenção escolar;
- 27) Mensurar o quanto a mudança de localidade impacta negativamente dificuldades de locomoção;
- 28) Identificar o quanto o desemprego dos familiares pode motivar à evasão do discente;
- 29) Checar o impacto do possível desemprego do discente pode levar à desistência do curso;
- 30) Verificar se os Stakeholders apoiam o discente financeiramente;
- 31) Burocracia interna dificulta implementação de políticas locais;
- 32) Mensurar o impacto da didática de ensino na retenção dos discentes;
- 33) Reduzir a dificuldade de aprendizagem;
- 34) Mensurar o Ensino de base deficitário;
- 35) Reduzir a carga horária excessiva;
- 36) Mitigar a repetência;
- 37) Caracterizar a não identificação com o curso;
- 38) Identificar o impacto da atuação do Corpo Docente;
- 39) Identificar o quanto a ausência de docentes pode levar à deficiência do curso;
- 40) Verificar se a dificuldade com o conteúdo programático pode criar barreiras de aprendizado;
- 41) Identificar o quanto a metodologia de ensino deficitária pode criar fatores que levam à evasão;

- 42) Mensurar se currículos desatualizados podem levar à desmotivação dos discentes;
- 43) Identificar se critérios Impróprios de avaliação discente podem criar desmotivação;
- 44) Verificar o quanto a cultura Institucional divergente pode criar desestímulo ao discente;
- 45) Mensurar o quanto as atividades integrativas podem contribuir com o ensino;
- 46) Verificar o quanto a inovação no ensino pode contribuir com a didática;
- 47) Identificar se o uso da criatividade tende a estimular o processo de aprendizado;
- 48) Identificar se a gestão Escolar eficiente gera melhores resultados para a comunidade acadêmica;
- 49) Verificar se a capacitação constante do Corpo Docente cria um padrão de ensino de excelência;
- 50) Ter uma equipe coesa;
- 51) Possuir alta produtividade;
- 52) Ter alta qualidade de ensino;
- 53) Possuir acompanhamento pedagógico do aluno;
- 54) Implementar teste para seleção dos discentes;
- 55) Tornar as aulas mais dinâmicas;
- 56) Aproximar a realidade do mercado de trabalho com a sala de aula;
- 57) Oferecer aulas de reforço para nivelar a turma;
- 58) Acompanhar a frequência do aluno;
- 59) Aumentar interação do corpo técnico-administrativo com os alunos;
- 60) I.E deve possuir imagem consolidada no mercado.

APÊNDICE F – Pontos de Vistas Fundamentais

PVF 1 - ACOLHIMENTO

Mensurar a distância entre o domicílio e a I.E – PVE 1.1

Tempo - PVE 1.1.1

Distância – PVE 1.1.2

Transporte – PVE 1.1.3

Alunos - PVE 1.1.3.1

Meios de Transporte – PVE 1.1.3.2

Verificar a segurança do Ambiente – PVE 1.2

Ocorrências – PVE 1.2.1

Periculosidade - PVE 1.2.2

Verificar a dificuldade de conciliar o estudo - PVE 1.3

Carga horária de trabalho – PVE 1.3.1

Carga horária de Estudo – PVE 1.3.2

Lazer e tarefa – PVE 1.3.3

Chegar a diferenças etária entre os discentes – PVE 1.4

Verificar se os motivos Familiares Levam a Desistência – PVE 1.5

Escolaridade dos Familiares - PVE 1.5.1

Formação dos Familiares – PVE 1.5.1.1

Formação técnica/superior familiar – PVE 1.5.1.2

Empregos – PVE 1.5.2

Membros trabalham - PVE 1.5.2.1

Renda média familiar - PVE 1.5.2.2

Checar se os motivos de doença levam à evasão – PVE 1.6

Histórico Doenças Familiares – PVE 1.6.1

Saúde Básica - PVE 1.6.2

Saneamento Básico – PVE 1.6.3

Identificar se a maternidade leva à desistência do curso – PVE 1.7

Checar se a entrada do discente no Ensino Superior pode levar à evasão no ensino profissionalizante – PVE 1.8

Identificar se a vulnerabilidade Socioeconômica pode motivar a desistência do curso – PVE 1.9

Aumentar a equipe de atuação na I.E - PVE 1.10

Colaboradores que interagem - PVE 1.10.1

I.E se aproximar dos responsáveis – PVE 1.10.2

PVF 2 – INFRAESTRUTURA

Verificar a ausência de refeitório – PVE 2.1

Verificar a Infraestrutura escolar – PVE 2.2

Laboratório de Informática – PVE 2.2.1

Biblioteca – PVE 2.2.2

Mobiliários – PVE 2.2.3

PVF 3 – AUTOESTIMA

Verificar a frustração de expectativas – PVE 3.1

Garantir a motivação dos atores escolares – PVE 3.2

Verificar se a autoestima do discente pode influenciar no desempenho deste na aprendizagem – PVE 3.3

Aumentar o engajamento dos alunos com o curso – PVE 3.4

PVF 4 – MONITORAMENTO

Mensurar a dificuldade de relacionamento entre os atores escolares – PVE

4.1 Checar se as questões psicológicas podem levar à evasão escolar – PVE 4.2

Comportamento – PVE 4.2.1

Amostra – PVE 4.2.2

Checar desinteresse do discente no curso – PVE 4.3

PVF 5 – AUXÍLIOS

Verificar se existe fornecimento de transporte adequados para se deslocar à unidade escolar – PVE 5.1

Dificuldades – PVE 5.1.1

Amostra – PVE 5.1.2

Mensurar o impacto da oferta de bolsas de estudo na retenção escolar-PVE

5.2 Alunos carentes – PVE 5.2.1

Desempenho – PVE 5.2.2

Mensurar o quanto a mudança de localidade impacta negativamente dificuldades de locomoção – PVE 5.3

Verificar se os Stakeholders apoiam o discente financeiramente – PVE 5.4

Burocracia interna dificulta implementação de políticas locais – PVE 5.5

PVF 6 – RENDA

Garantir que o discente tenha recursos financeiros para arcar com a mensalidade - PVE 6.1

Iniciativa própria – PVE 6.1.1

Patrocinado – PVE 6.1.2

Identificar o quanto o desemprego dos familiares pode motivar à evasão do discente – PVE 6.2

Aluno é provedor do lar – PVE 6.2.1

Desemprego – PVE 6.2.2

Checar o impacto do possível desemprego do discente pode levar à desistência do curso – PVE 6.3

PVF 7 – APRENDIZAGEM

Mensurar o impacto da didática de ensino na retenção dos discentes – PVE

7.1 Discentes – PVE 7.1.1

Docentes – PVE 7.1.2

Reduzir a dificuldade de aprendizagem – 7.2

Feedback constantes – PVE 7.2.1

Atividades de recuperação – PVE 7.2.2

Mensurar o Ensino de base deficitário – PVE 7.3

Histórico do Aluno – PVE 7.3.1

Aluno na IEs – PVE 7.3.2

Mitigar a repetência – PVE 7.4

Causas da repetência – PVE 7.4.1

Motivos de repetência – PVE 7.4.2

Identificar o quanto a ausência de docentes pode levar à deficiência do curso – PVE 7.5

Monitorias – PVE 7.5.1

Turmas flexíveis – PVE 7.5.2

Verificar se a dificuldade com o conteúdo programático pode criar barreiras de aprendizado – PVE 7.6

Dificuldade de aprendizagem - PVE 7.6.1

Transtorno de aprendizagem - PVE 7.6.2

Identificar o quanto a metodologia de ensino deficitária pode criar fatores que levam à evasão – PVE 7.7

Satisfação com conteúdo do curso – PVE 7.7.1

Ranking – PVE 7.7.2

Mensurar se currículos desatualizados podem levar à desmotivação dos

discentes – PVE 7.8

Identificar se critérios Impróprios de avaliação discente podem criar desmotivação – PVE 7.9

Mensurar o quanto as atividades integrativas podem contribuir com o ensino – PVE 7.10

Verificar o quanto a inovação no ensino pode contribuir com a didática – PVE 7.11

Identificar o impacto da atuação do Corpo Docente - PVE 7.12

Assiduidade dos docentes – PVE 7.12.1

Docentes suficientes – PVE 7.12.2

Identificar se o uso da criatividade tende a estimular o processo de aprendizado – PVE 7.13

Capacitação docente - PVE 7.13.1

Incentivo a capacitação – PVE 7.13.2

Verificar se a capacitação constante do Corpo Docente criar um padrão de ensino de excelência – PVE 7.14

Formação – PVE 7.14.1

Índice de docentes – PVE 7.14.2

Ter alta qualidade de ensino – PVE 7.15

Tornar as aulas mais dinâmicas – PVE 7.16

Aproximar a realidade do mercado de trabalho com a sala de aula – PVE 7.17

Possuir acompanhamento pedagógico do aluno – PVE 7.18

Oferecer aulas de reforço para nivelar a turma – PVE 7.19

Acompanhar a frequência do aluno – PVE 7.20

PVF 8 – CULTURA

Reduzir a carga horária excessiva – PVE 8.1

Caracterizar a não identificação com o curso – PVE 8.2

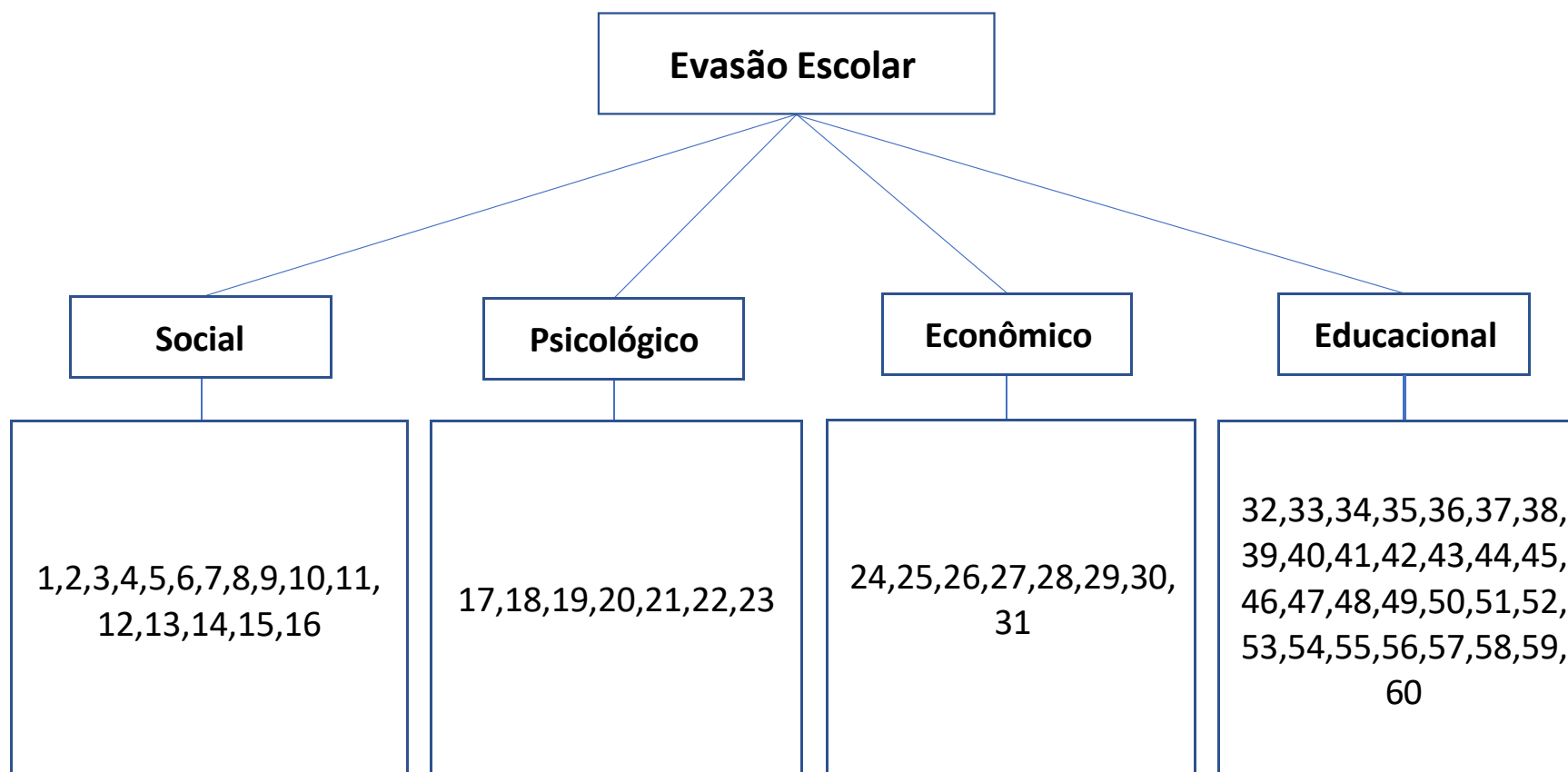
Verificar o quanto a cultura Institucional divergente pode criar desestímulo ao discente – PVE 8.3

Identificar se a gestão Escolar eficiente gera melhores resultados para a comunidade acadêmica – PVE 8.4

Discentes – PVE 8.4.1

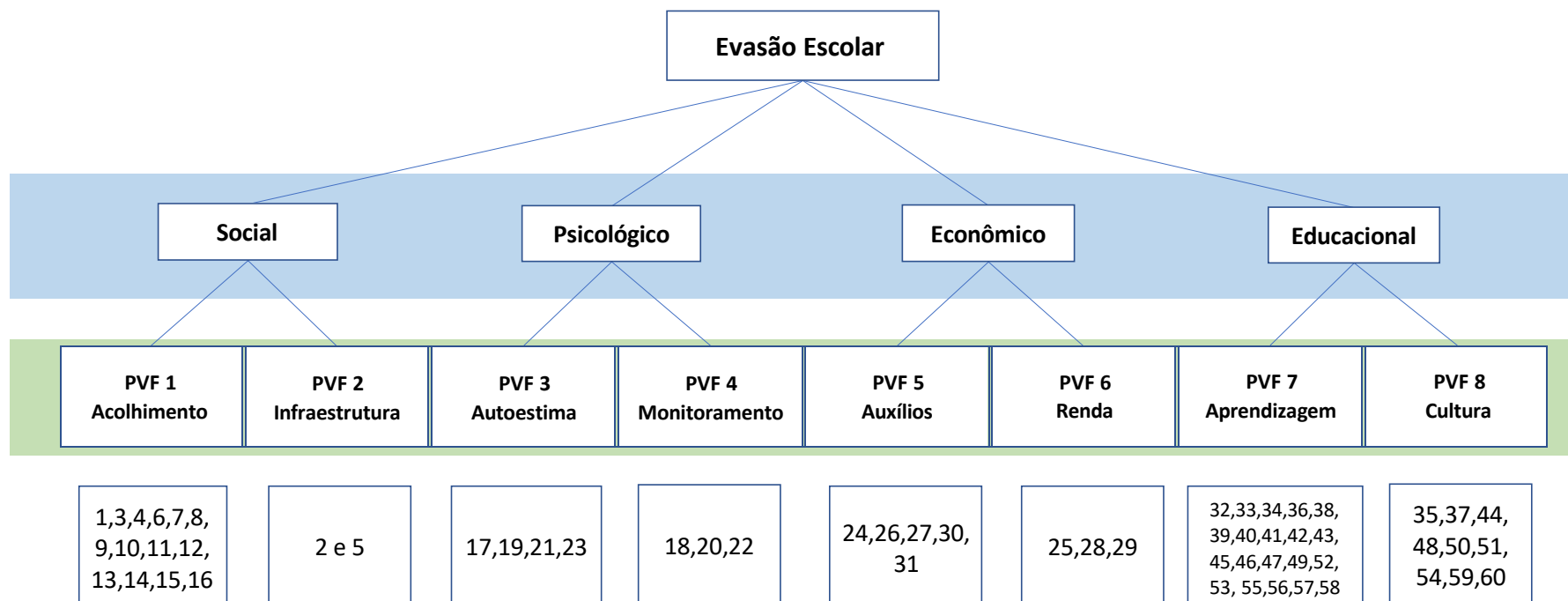
Docentes – PVE 8.4.2

APÊNDICE G - Separação dos Elementos Primários de Avaliação por áreas de interesse



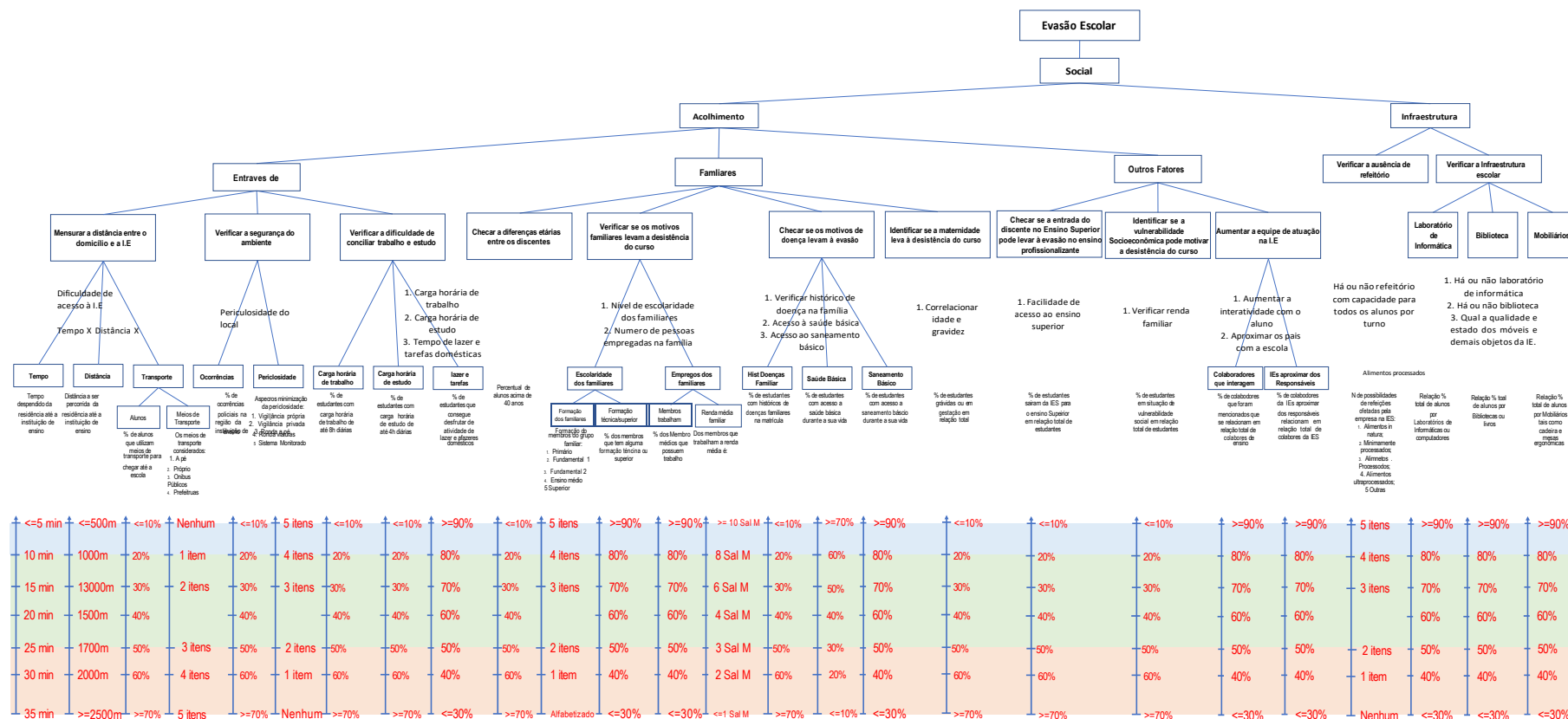
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

APÊNDICE H - Pontos de Vistas Fundamentais



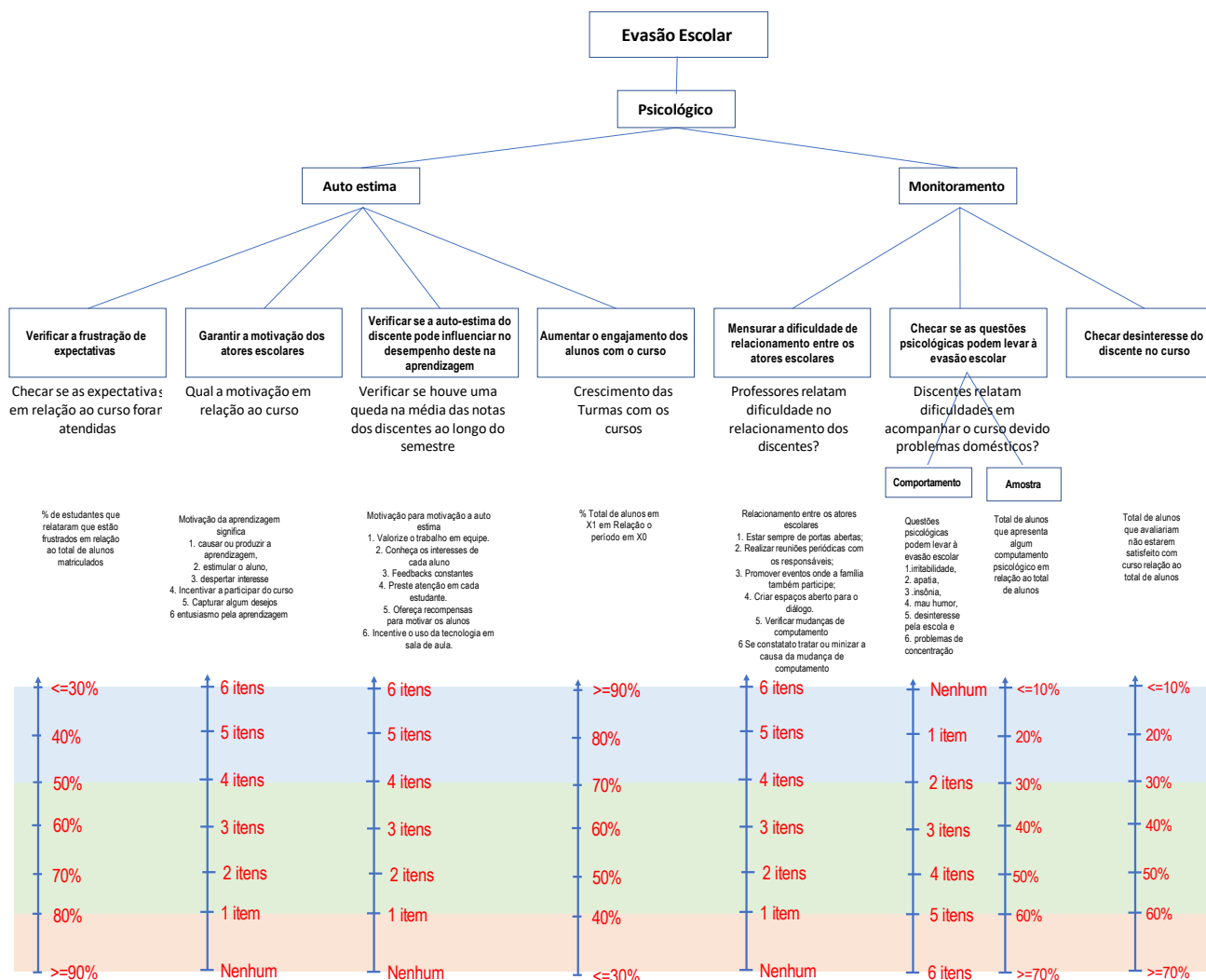
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

APÊNDICE I - Estruturas arborescentes



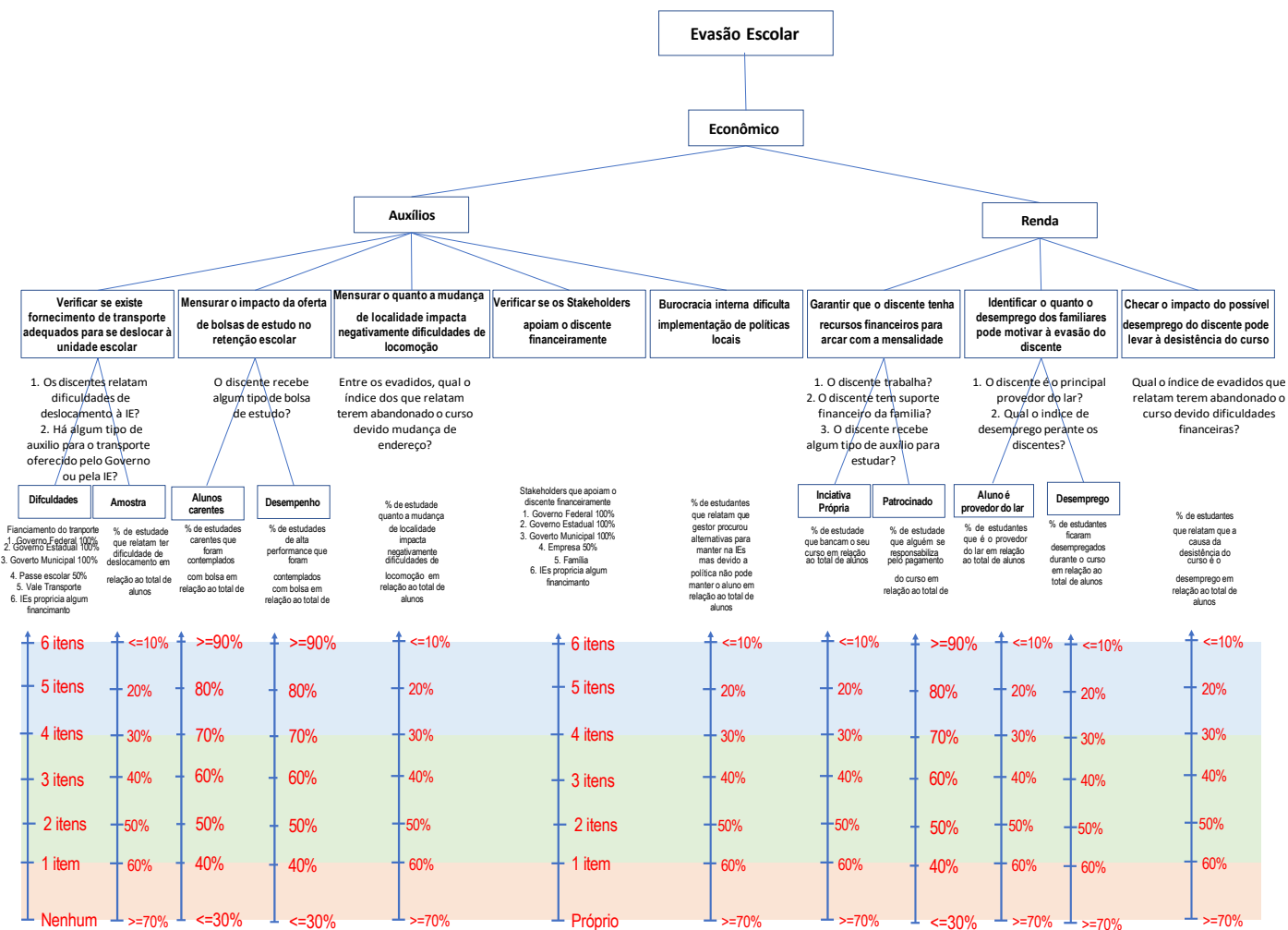
Área de interesse 1 - Social

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



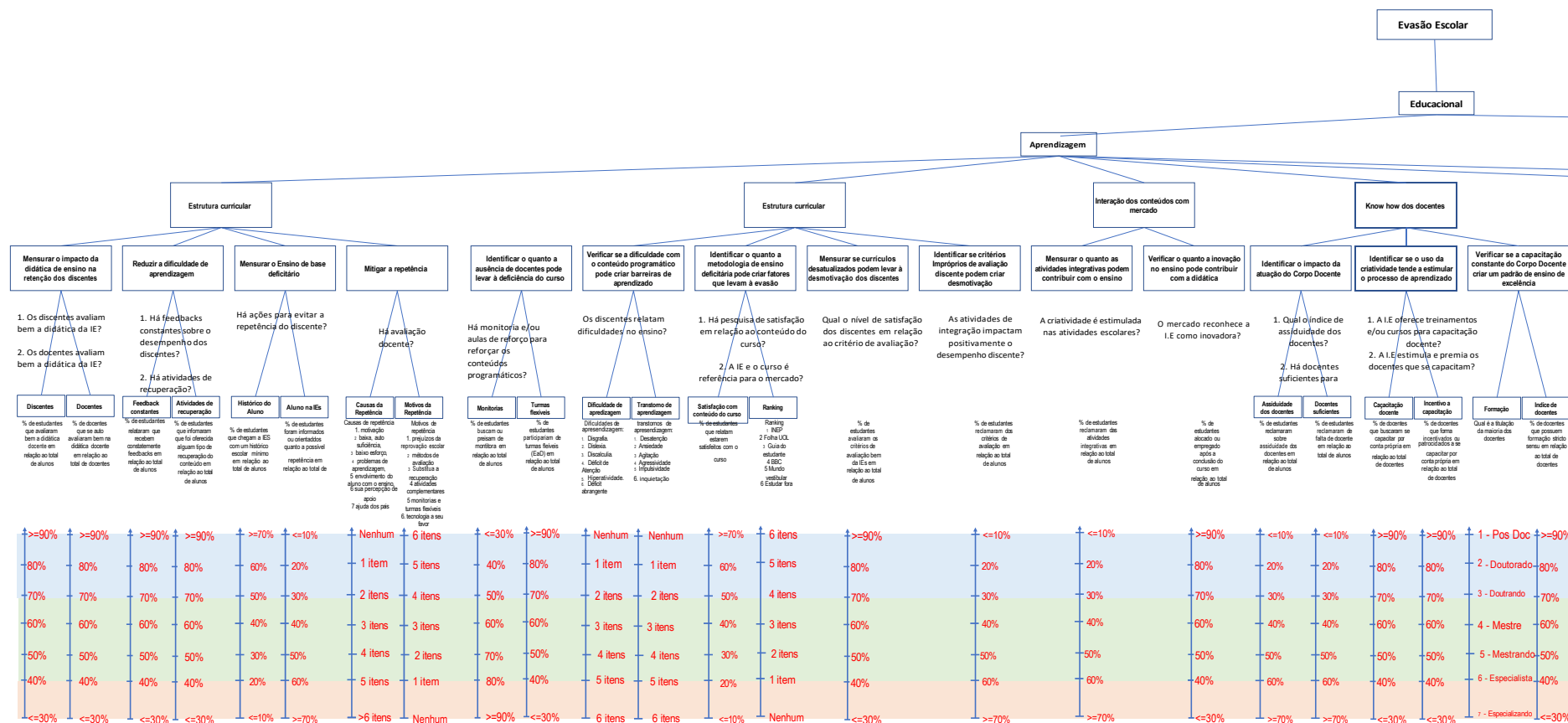
Área de interesse 2 - Psicológica

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.



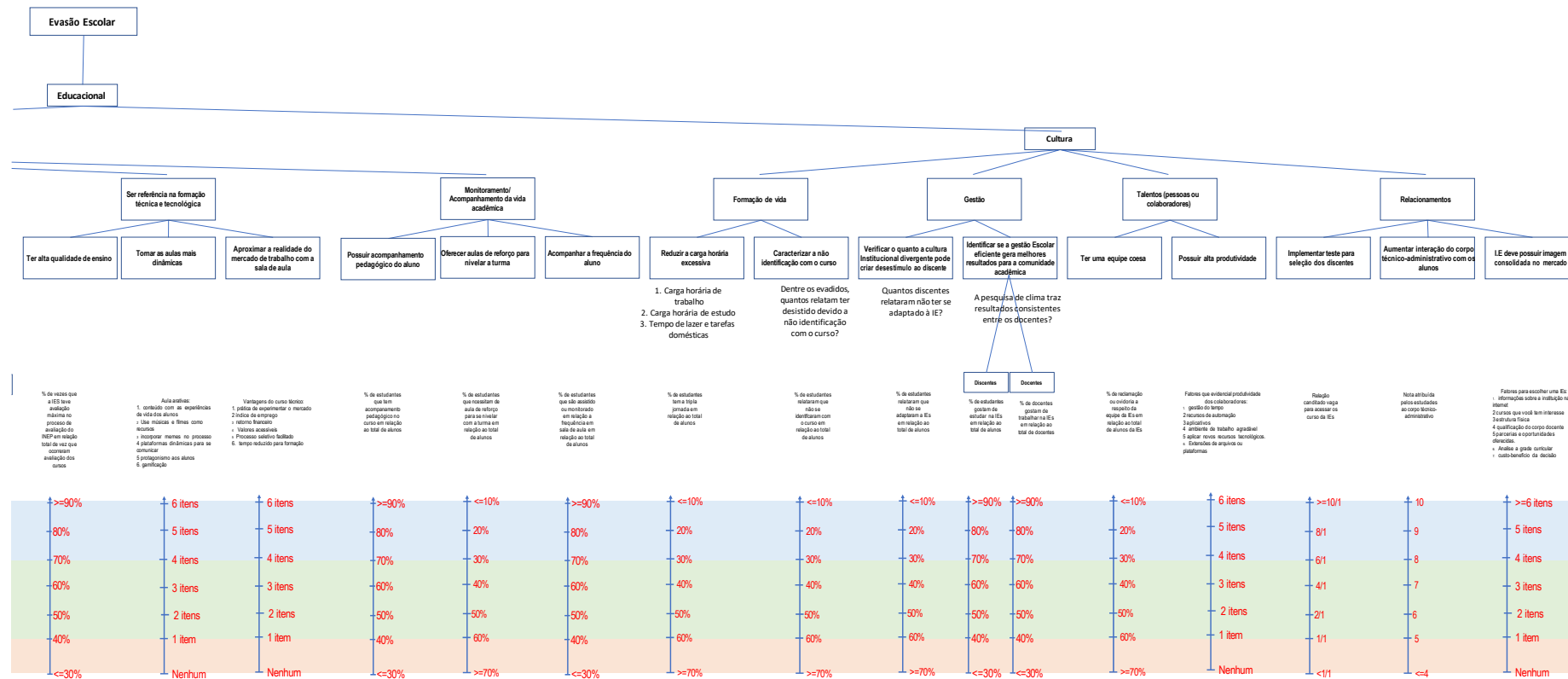
Área de Interesse 3 - Econômica

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



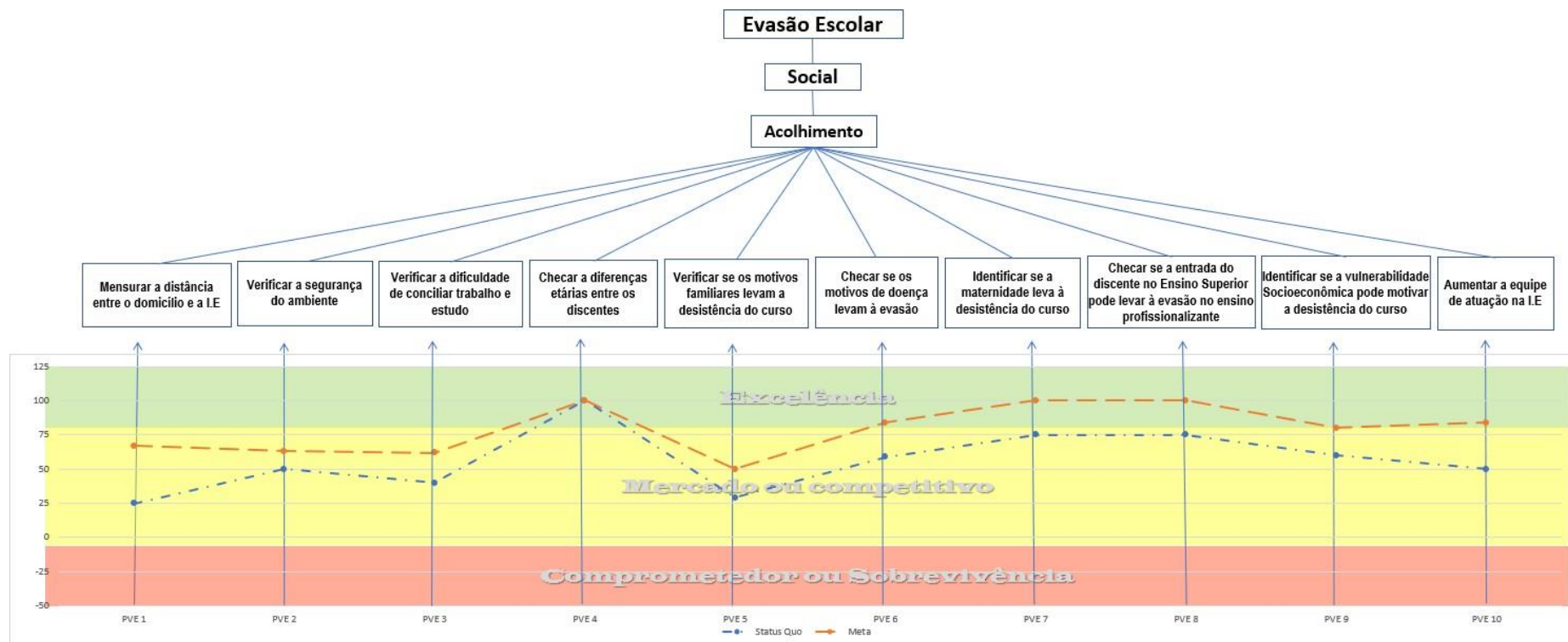
Área de interesse 4 - Educacional

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



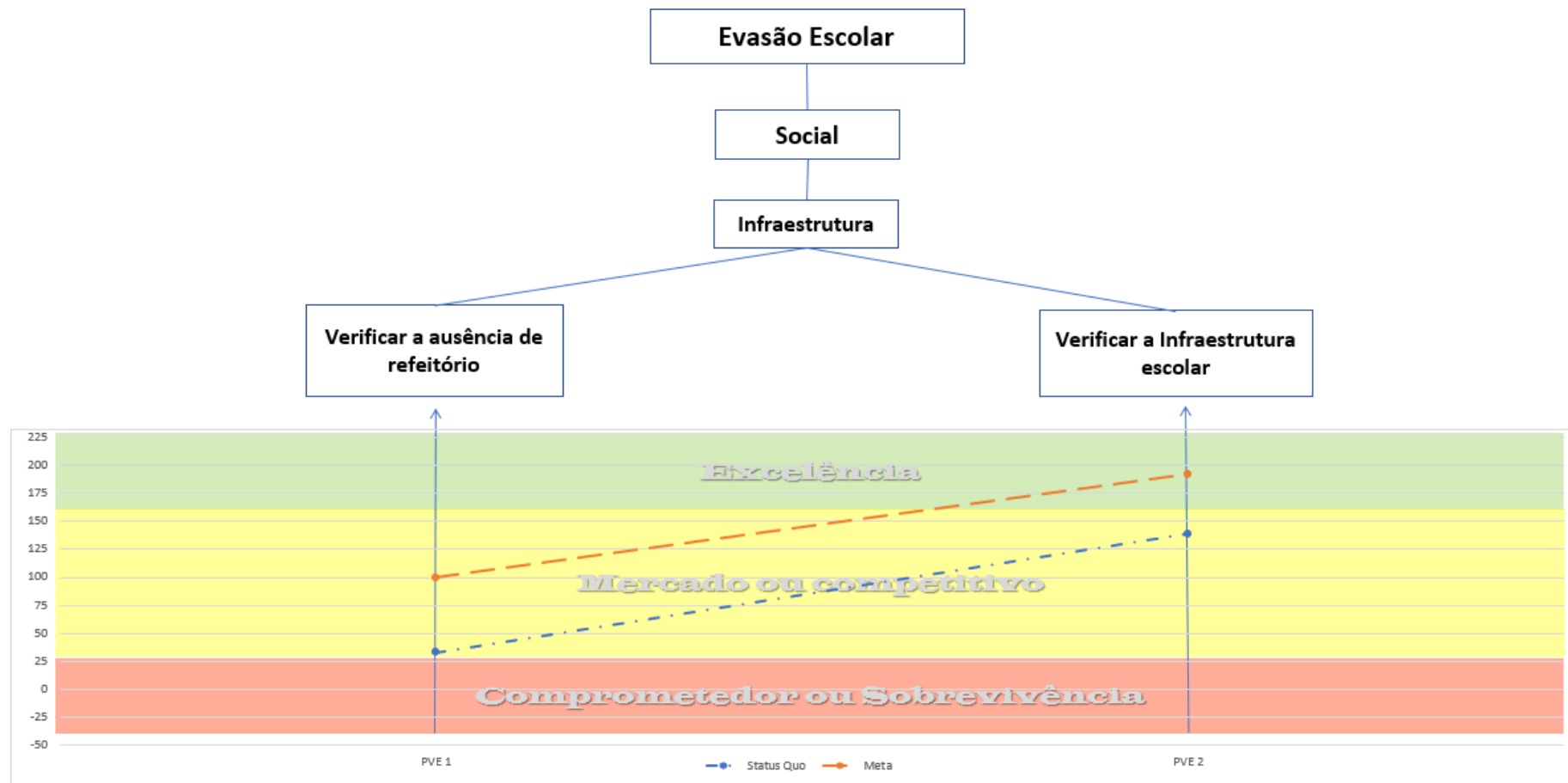
Área de interesse 4 - Educaional (continuação)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



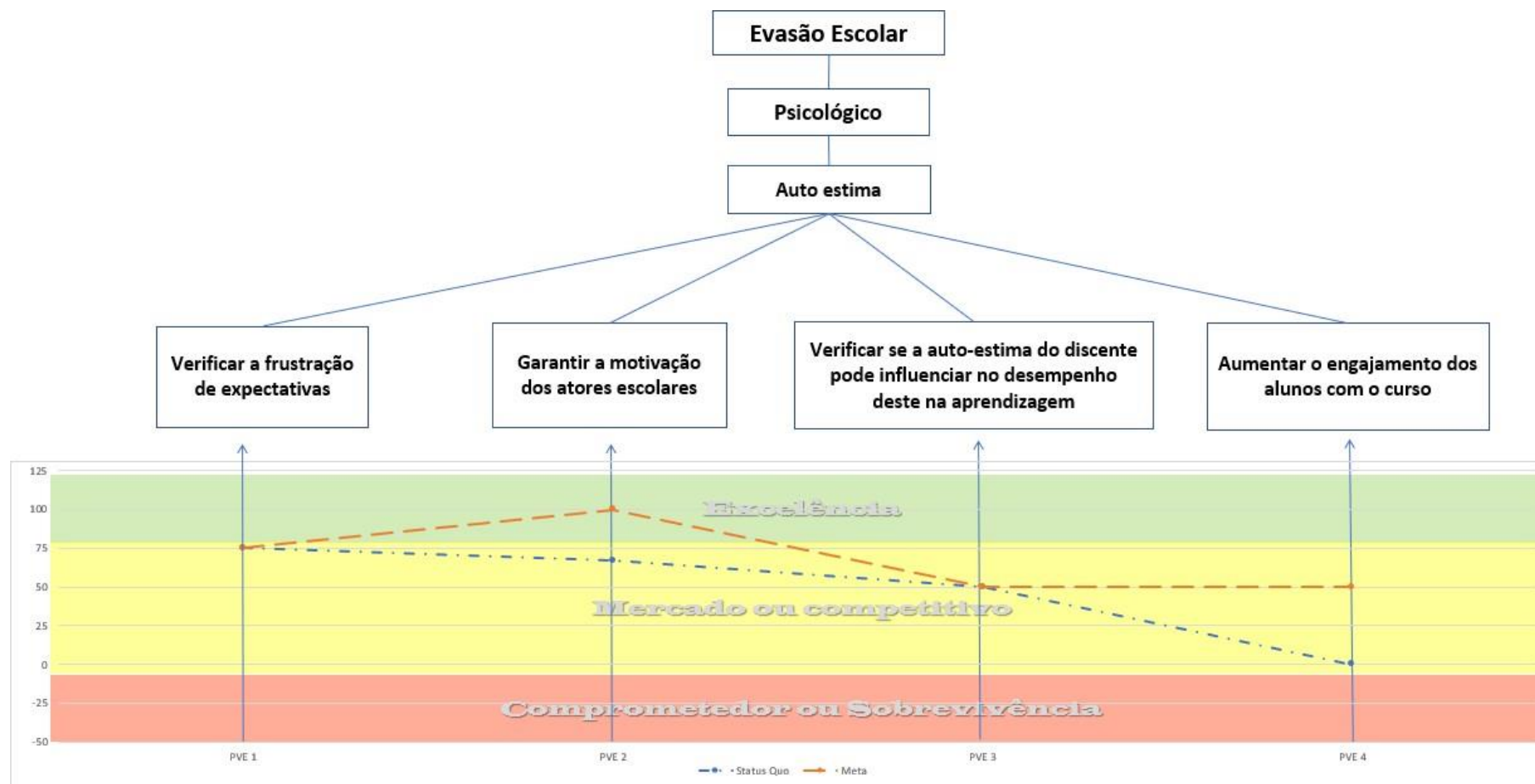
Modelo "PVF 1 - Acolhimento"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



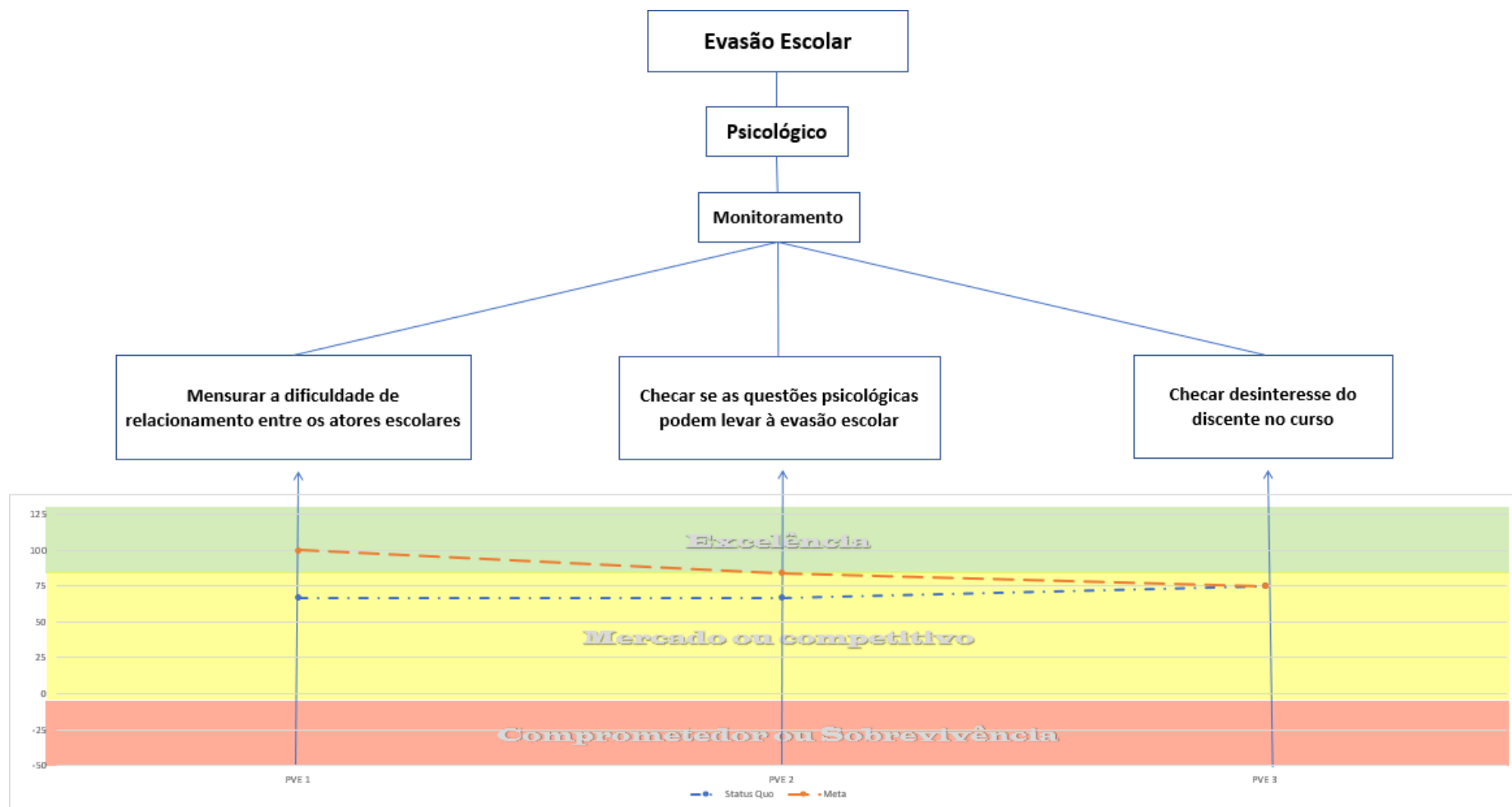
Modelo "PVF 2 - Infraestrutura"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



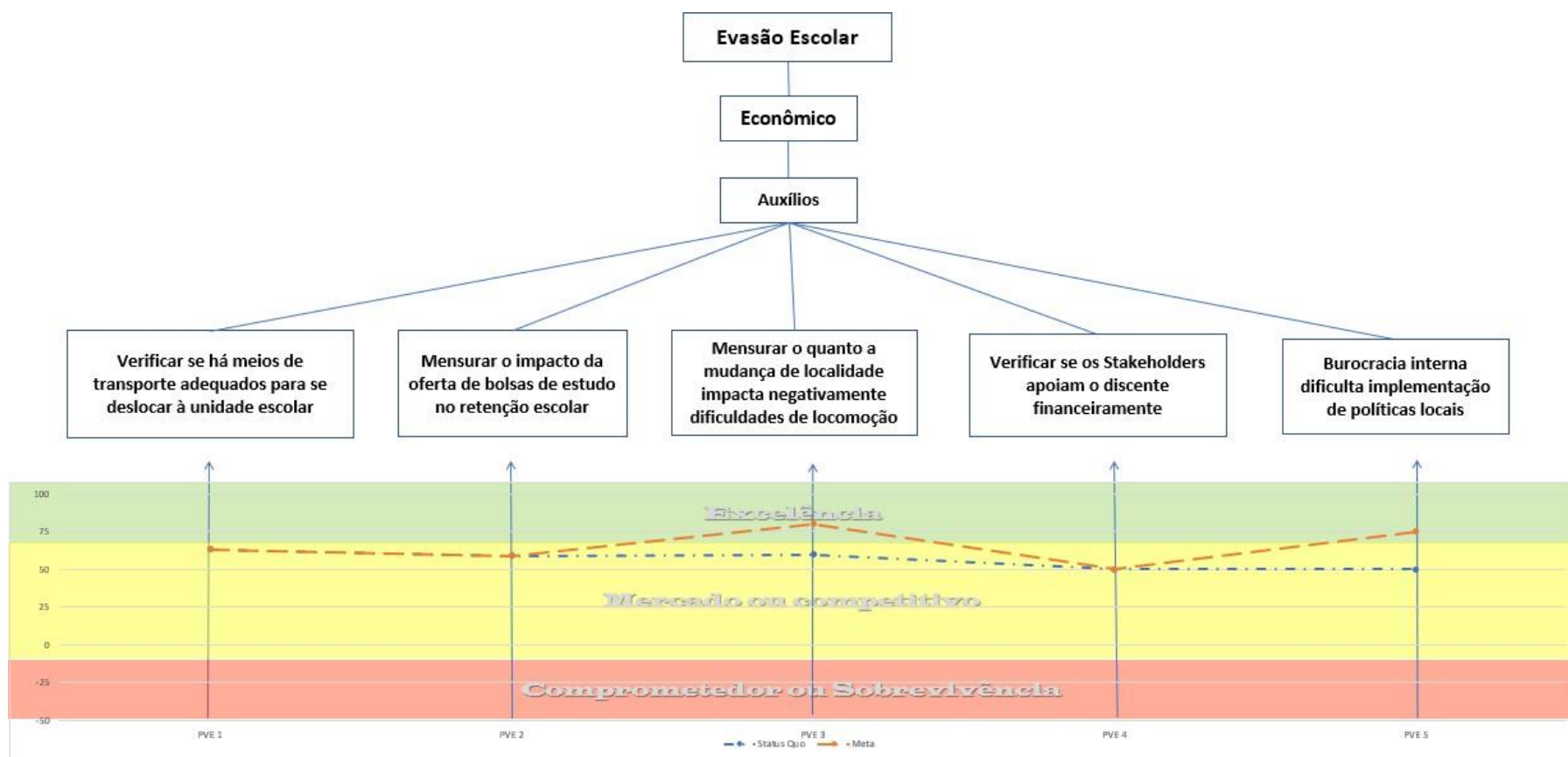
Modelo "PVF 3 - Autoestima"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



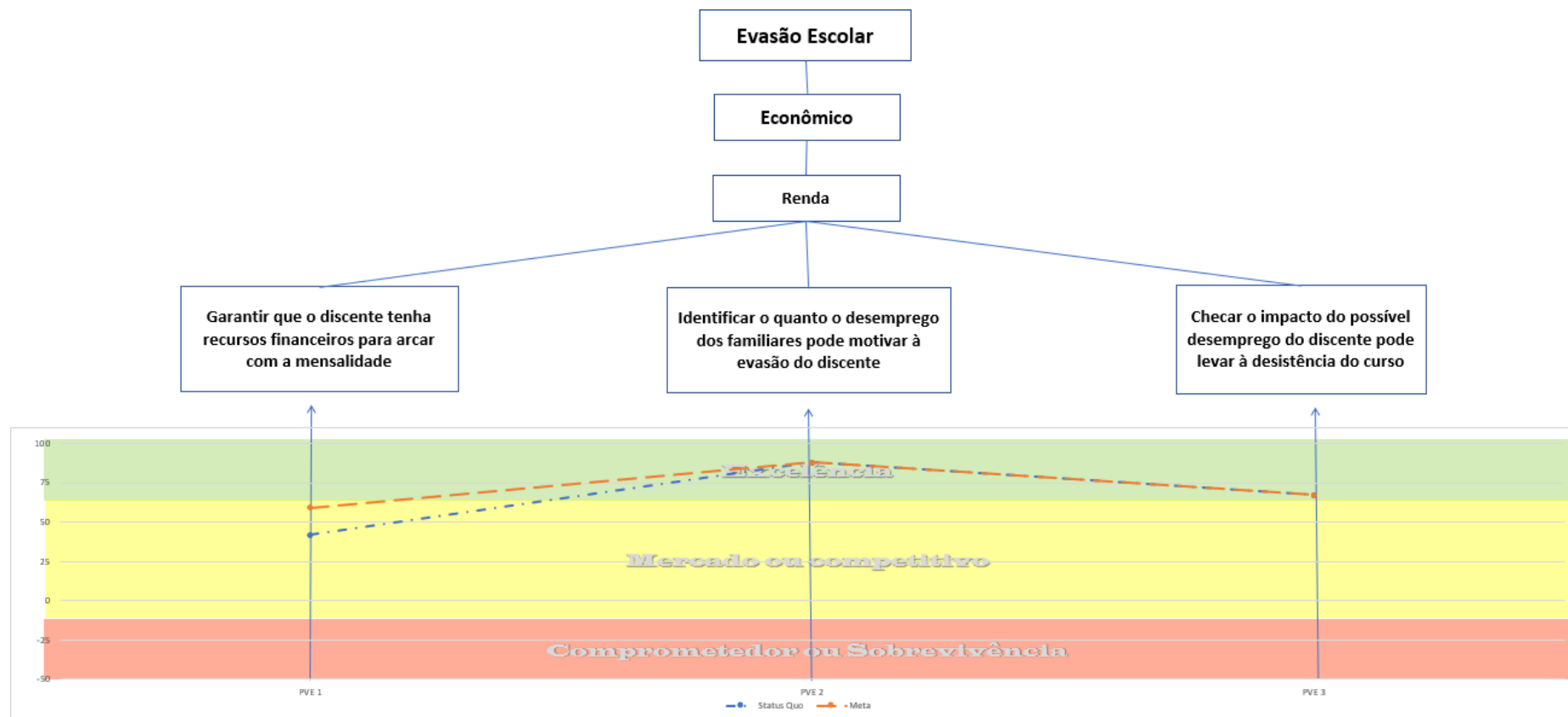
Modelo "PVF 4 - Monitoramento"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



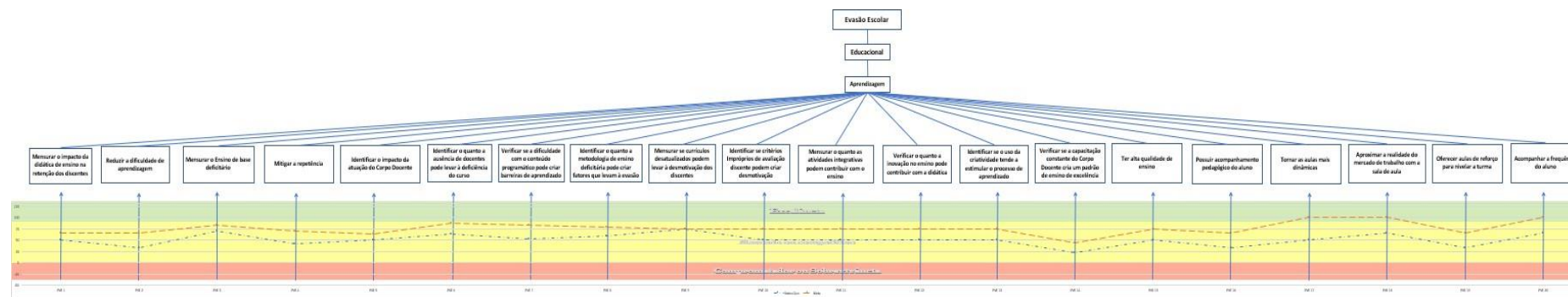
Modelo "PVF 5 - Auxílios"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



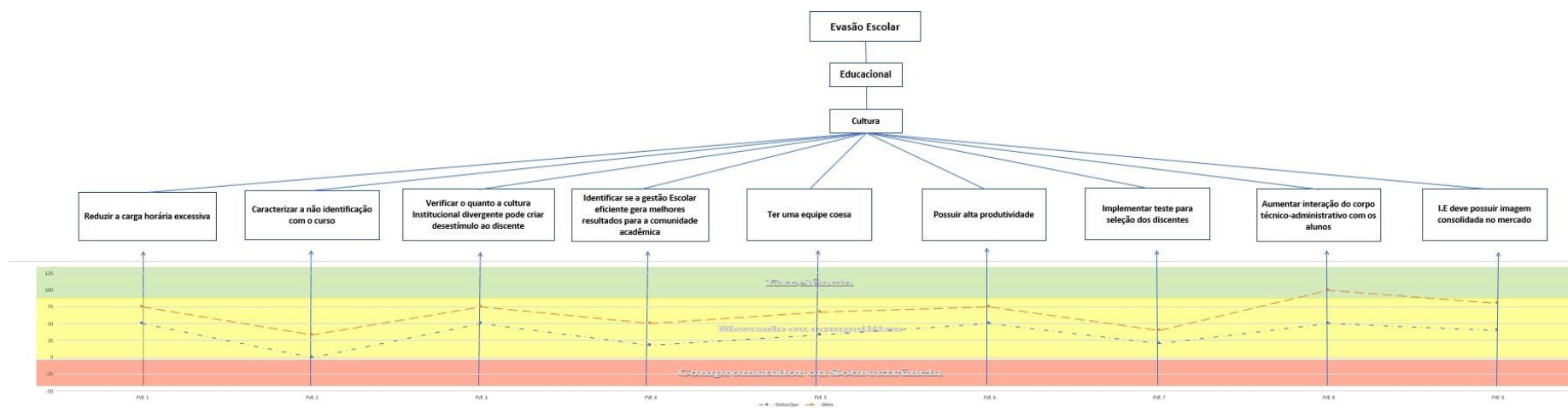
Modelo "PVF 6 - Renda"

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



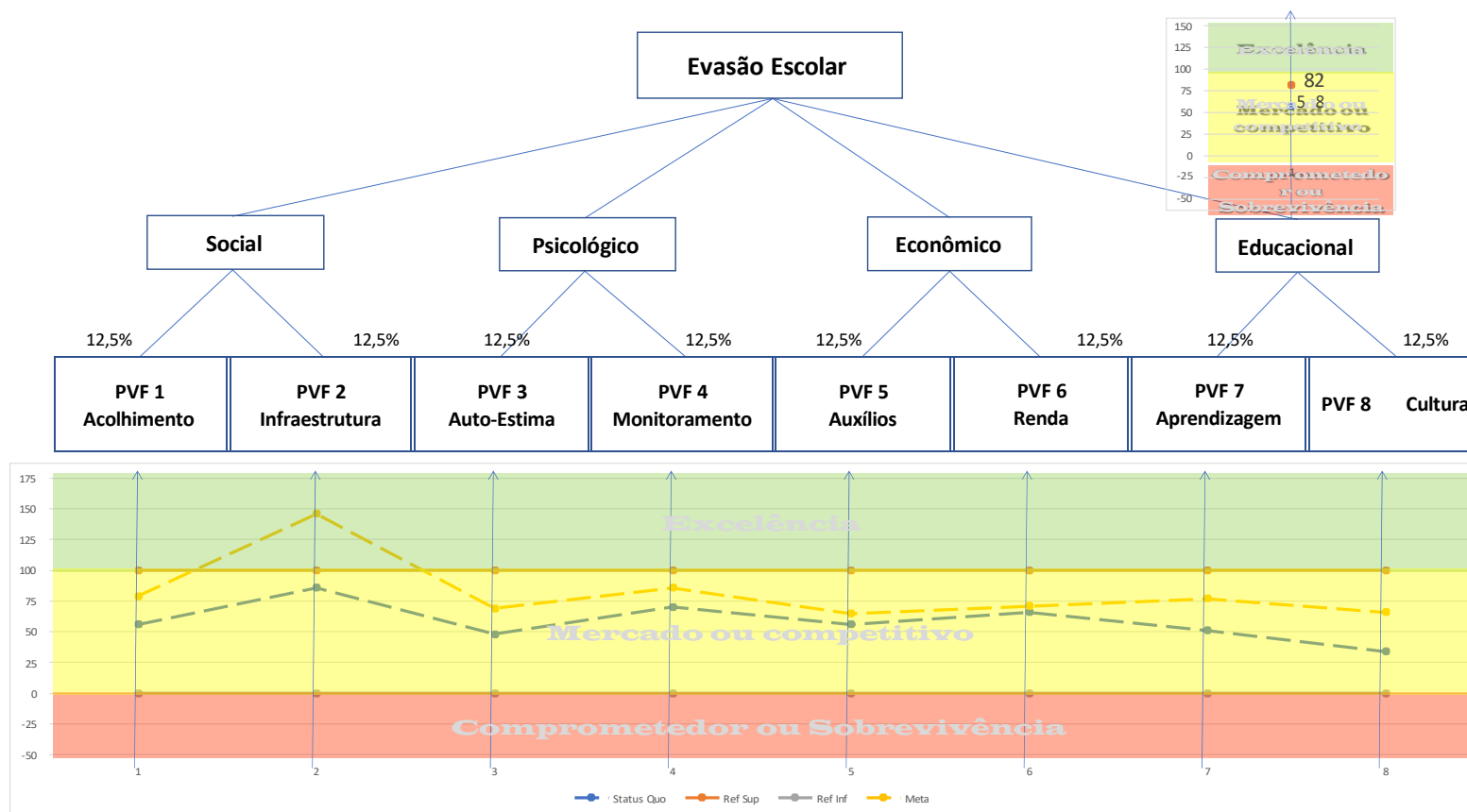
Modelo “PVF 7 - Aprendizagem”

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



Modelo "PVF 8 – Cultura" PVF

Fonte: Dados da pesquisa, 2022



PVF Avaliação Global

Fonte: Dados da pesquisa, 2022